

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANDRÉ RICARDO DE SOUZA

**A ECONOMIA COMO CIÊNCIA SOCIAL:
UMA REFLEXÃO DESDE CELSO FURTADO**

Florianópolis, SC

2003

ANDRÉ RICARDO DE SOUZA

**A ECONOMIA COMO CIÊNCIA SOCIAL:
UMA REFLEXÃO DESDE CELSO FURTADO**

**Trabalho apresentado à disciplina
CNM5420-Monografia, como condição
parcial para obtenção do grau de bacharel
em Ciências Econômicas pela Universidade
Federal de Santa Catarina, orientado pelo
Prof. Nildo Domingos Ouriques**

Florianópolis, SC

2003

ANDRÉ RICARDO DE SOUZA

A ECONOMIA ENQUANTO CIÊNCIA SOCIAL:

UMA REFLEXÃO DESDE CELSO FURTADO

A banca examinadora constituída pelos professores abaixo resolveu atribuir conceito 9,0 ao aluno ANDRÉ RICARDO DE SOUZA, na disciplina CNM5420-Monografia, pela apresentação deste trabalho, que foi julgado adequado como condição parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina.


Florianópolis, _____ de agosto de 2003.



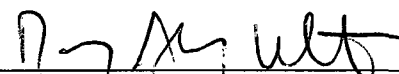
Prof. Nildo Domingos Ouriques
Orientador



Prof. Carmen Gelinsky



Prof. Pedro Antônio Vieira



Prof. Marcos Valente

Dedico esta Monografia e o grau de Bacharel em Ciências Econômicas, especialmente aos meus pais, João e Zenilda, por tudo que representam na minha história.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Nildo Domingos Ouriques – *Camarada Nildo* – por ter aceitado orientar este trabalho e por ter executado esta tarefa com confiança, atenção, competência, companheirismo e amizade.

Aos meus pais, João e Zenilda, e aos meus filhos, João Gabriel e Marília, pela paciência, compreensão e por representarem a origem e o horizonte de tudo.

A Maria, pelo amor, pelo carinho, pela beleza e pelo zelo para comigo em todos os momentos.

As minhas irmãs, aos meus avós e aos amigos do peito, com quem sempre pude e posso contar.

A minha querida Florianópolis. Amor eterno. Paixão eterna. Terra minha e dos meus.

Por fim, a Deus. Não por religião, por fé.

“O álibi conservador afirma com freqüência que o pesquisador que se dedica também às causas públicas escolheu um caminho seguro para ser um mal científico. E, obviamente, consagra a imagem de que o acadêmico de prestígio só conseguiu esta nobre condição porque está alheio aos conflitos inerentes a sociedade capitalista”.

Nildo Ouriques

“Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso, e que deve ser cultivada”.

Celso Furtado

SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Como Ciência Social: Uma Reflexão desde Celso Furtado*, 2003. 80 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

RESUMO

Celso Furtado dedicou grande parte de sua extensa obra à análise da complexidade que envolve a problemática do subdesenvolvimento na América Latina e, em particular, no Brasil. Discorreu, incansavelmente em suas reflexões, sobre a importância do conhecimento dos elementos históricos e culturais de um povo, no sentido de que se possa realmente compreender suas debilidades e suas potencialidades, outorgando à economia, sua mais nobre designação – se confirmar como uma ciência social. Para tanto, definiu como seu alvo principal de crítica, a tecnocracia e as simplificações comuns às teorias econômicas formuladas no sentido da manutenção da ordem dominante – o modo de produção capitalista. Este estudo trata, a partir da análise do conteúdo teórico que compõe a obra de Celso Furtado, da caracterização da economia como uma ciência social, buscando o entendimento da realidade social e suas complexidades em detrimento das simplificações de que dá conta a economia política. Analisa o curso de Ciências Econômicas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir de observações gerais, quanto ao seu currículo disciplinar e ao seu corpo docente. Chama à discussão, importantes reflexões sobre o papel do economista no contexto atual. A título de conclusão, apresenta uma visão crítica relacionada ao curso de Ciências Econômicas da UFSC e identifica o perfil possível de uma atuação crítica do economista.

Palavras-chave: capitalismo, periferia, subdesenvolvimento, complexidades.

SOUZA, André Ricardo de. *A Economia Como Ciência Social: Uma Reflexão desde Celso Furtado*, 2003. 80 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ABSTRACT

Celso Furtado spent long part of his work to analyse the complexity which holds the problem of the Latin-America underdevelopment , specially in Brazil. He untiringly talked about in your reflections about the importance of the knowledge of cultural and historical elements of a people, in order to be able to really understand their weakness and their potentials, giving to economy its highest designation to establish itself as a social science. In order to do this, he determined as your main purpose of critique, the tecnocracy and the common-simplifications to the economic theories developed for purpose to maintain the ruler order – the capitalist way of production. This study deals with, from the analysis of the Celso Furtado's work content, of the definition of the economy as a social science, searching for the understanding of the social reality and its signs in detriment of the simplifications which the political economy concerns. He analyses the economic sciences course in Universidade Federal de Santa Catarina, from general observations, concerning its curriculum and its academicians. It talks about important points of the role of the economist in the actual environment. To conclude, it shows a critical view related to the economic sciences course in UFSC and identifies the possible profile of a critical performance of the economist.

Key-Words: capitalism, suburb, underdevelopment, complexities.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
<i>Introdução</i>	9
CAPÍTULO 2	
<i>A crítica de Celso Furtado ao Desenvolvimento Econômico</i>	
<i>2.1 Fase clássica: fundamentos</i>	13
<i>2.2 Atualização histórica dos postulados clássicos – notas sobre o “mercado mundial”</i>	35
CAPÍTULO 3	
<i>Expectativas em torno do papel do economista</i>	
<i>3.1 Uma breve abordagem do contexto sócio-econômico</i>	50
<i>3.2 Reflexões sobre o curso de ciências econômicas – Um enfoque do acadêmico</i>	59
<i>3.3 O papel do economista</i>	75
CAPÍTULO 4	
<i>Considerações Finais</i>	78
<i>5.1 Bibliografia</i>	81
<i>5.2 Bibliografia complementar</i>	82

CAPÍTULO 1

Introdução

O assunto proposto como tema da presente monografia, que finaliza o curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, contém um grau de complexidade e profundidade relevantes. O que se propõe discutir é a Economia como uma ciência social e o papel do economista nesse contexto, à luz da extensa obra de Celso Furtado.

O debate em torno da economia enquanto ciência social está diretamente relacionado à discussão a respeito do papel do economista na sociedade atual, principalmente no caso dos países subdesenvolvidos.

O economista recém formado, após vários anos de acúmulo de conhecimentos adquiridos na sua vida acadêmica, terá condições de discorrer sobre os mais variados assuntos relativos à matéria econômica, desde as particularidades microeconômicas até as análises conjunturais das inúmeras variáveis que circundam a macroeconomia de um país. Porém, ao se deparar com a realidade prática, em qualquer dos setores que almeje atuar – tanto no setor privado, quanto no setor público, principalmente – perceberá que muito pouco do conteúdo, a que teve acesso e que foi por ele absorvido em termos de conhecimento, poderá ter aplicabilidade.

Perceberá, ainda, que grande parte do que lhe foi repassado durante a sua formação acadêmica são simplificações esquemáticas da realidade social que não dão conta da complexidade que se apresenta nas sociedades em geral, principalmente as subdesenvolvidas.

Celso Furtado deixa claro, em suas observações, que a compreensão da dicotomia desenvolvimento–subdesenvolvimento, requer habilidades por parte do cientista social que vão muito além da aplicação de métodos e esquemas conceituais pré-concebidos visando a simplificação dessa problemática; para tanto, apela constantemente à criatividade, à imaginação, à ousadia e à tentativa de afastamento do consenso.

A ciência econômica, como qualquer outra, trabalha com esquemas conceituais que são testados em confronto com a realidade. Para um economista a realidade pode ser esquematizada, simplificada, melhorada. Porém, para um economista que terá pela frente uma realidade contextualizada num país subdesenvolvido como o Brasil, para o qual não se dispõe de um corpo teórico elaborado com vistas a explicar o seu comportamento sócio-econômico, as dúvidas e perplexidades serão mais constantes na sua forma de pensar e agir do que as certezas.

Para Celso Furtado, a dimensão histórica é fator preponderante na análise do subdesenvolvimento, do atraso brasileiro. As ciências sociais, em particular a economia, pensada como tal, deve buscar incansavelmente a historicidade como base fundamental de seus estudos no sentido da resolução dos diversos problemas que constituem a complexidade social.

No caso do subdesenvolvimento brasileiro que por sua especificidade, foge ao alcance explicativo das teorias do crescimento econômico, torna-se imprescindível ao economista, identificar as invariâncias no quadro de sua história quando se pensa esse subdesenvolvimento como uma resultante de um processo de dependência.

Este trabalho visa apresentar a importância do conhecimento da obra de Celso Furtado no sentido da compreensão de que a economia é uma ciência social e que, como tal, pode e deve ser um poderoso instrumento na luta por uma distribuição mais igualitária da riqueza produzida em escala planetária.

Aborda também, dentro da discussão da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, o problema da insuficiência de um corpo teórico que tenha por objetivo a análise aprofundada direcionada para a compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento especificamente, principalmente para o caso dos países latino-americanos e, em especial, o caso brasileiro.

Aborda ainda, a partir de uma visão crítica, a realidade contextualizada do curso de ciências econômicas oferecido pela UFSC, buscando a reflexão sobre a sua real eficácia em termos de formação do economista.

Finalmente, tendo sempre como base as reflexões de Celso Furtado, demonstra de forma clara e constante, o perfil possível de uma atuação crítica do economista na sociedade, podendo ser ao mesmo tempo que um cientista e pesquisador empenhado na busca do entendimento das complexidades sociais e suas possíveis resoluções, um membro ativo e atuante no que se refere as causas públicas, ou seja, podendo exercer de forma peculiar um importante papel no contexto político-social.

A apresentação do trabalho quanto à sua estrutura, se dará na forma de quatro capítulos, sendo o primeiro capítulo constituído por esta introdução, que aborda preliminarmente uma síntese seqüencial do estudo proposto. O segundo capítulo abre a discussão por meio da crítica de Celso Furtado ao desenvolvimento econômico, cujo teor engloba de forma mais aprofundada a análise da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento, tendo como foco principal as particularidades inerentes à problemática do subdesenvolvimento econômico encontrado na América Latina. A partir desta compreensão, se aborda a questão da insuficiência teórica como

base para o entendimento desse fenômeno, sugerindo ações conjuntas, para o caso brasileiro, da sociedade empenhada num projeto nacional, visando definitivamente romper o estigma do subdesenvolvimento.

O terceiro capítulo se constitui das expectativas em torno do papel do economista diante de toda essa problemática social. Propõe discutir e chamar a atenção para a importância do senso crítico como elemento fundamental à formação do economista tendo como exemplo prático a própria conduta profissional e pessoal de Celso Furtado. Nesse capítulo, particularmente, amplia-se a discussão em torno do conceito da economia, recorrendo-se a reflexões de outros autores de reconhecida competência e renome no meio acadêmico, a fim de que se possa avaliar de forma mais consistente a importância da economia como uma ciência social.

O quarto capítulo, que finaliza o presente trabalho, apresenta nas suas considerações finais, o que se pretende definir como conclusões a respeito do assunto em questão, enfatizando a importância do tema abordado e a necessidade da ampliação do debate.

Ainda neste ponto, serão explicitados de forma objetiva os motivos pelos quais se optou pelo tema proposto a ser estudado nesta monografia e sua relação com a obra do autor pesquisado, Celso Furtado.

CAPÍTULO 2

A crítica de Celso Furtado ao Desenvolvimento Econômico

2.1 Fase clássica: fundamentos

Neste tópico serão abordadas as reflexões de Celso Furtado quanto ao desenvolvimento econômico numa perspectiva mundial, sendo a relação centro-periferia o aspecto fundamental de suas análises em termos comparativos das diferentes realidades constatadas. A partir da análise dessa relação, coloca em evidência os graves problemas sociais enfrentados por uma economia subdesenvolvida como a brasileira, sugerindo ações conjuntas a serem executadas pela sociedade, num projeto nacional, que vise ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento. Enfatiza ainda, nessa abordagem, a necessidade da elaboração de um amplo corpo teórico com vistas a auxiliar na compreensão da realidade das economias subdesenvolvidas.

A literatura que trata do desenvolvimento econômico, em sua quase totalidade, evidencia a real possibilidade de acesso das grandes massas de população concentradas nos países periféricos – assim denominados por constituírem a periferia do sistema capitalista – ao mesmo patamar de consumo de uma minoria privilegiada que habita os países que lideraram a revolução industrial, ou seja, países altamente industrializados. Assim a condição de subdesenvolvimento em que se situam os países do chamado Terceiro Mundo, seria um estágio histórico a ser superado como que uma fase condicional dentro do processo de desenvolvimento, ao qual se

teriam supostamente submetido os países desenvolvidos. A partir dessa idéia central, assimilada pela maioria dos economistas, entende-se o processo de acumulação do capital impulsionado pelo progresso tecnológico pura e simplesmente, deixando-se de lado todo o contexto social; como afirma Celso Furtado (1974,p. 14):

Com o campo de visão da realidade delimitado por essa idéia diretora, os economistas passaram a dedicar o melhor de sua imaginação a conceber complexos esquemas do processo de acumulação de capital no qual o impulso dinâmico é dado pelo progresso tecnológico, entelêquia existente fora de qualquer contexto social. Pouca ou nenhuma atenção foi dada às conseqüências, no plano cultural, do crescimento exponencial do *stock* de capital. As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude na anticultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados.

Um estudo realizado no Instituto Tecnológico de Massachussets - MIT, por um grupo interdisciplinar, para o Clube de Roma, chamado *The Limits to Growth* (Os limites para o crescimento), trouxe à tona a discussão dos problemas cruciais acima relatados, e que foram desconsiderados pela maioria dos economistas do desenvolvimento econômico.

Pela primeira vez, na história do pensamento econômico, se pôde dispor de dados confiáveis que permitiam questionar a situação precária da maioria dos países subdesenvolvidos e suas perspectivas para o futuro, bem como analisar a partir dessas informações, os aspectos fundamentais da estrutura e de algumas tendências gerais daquilo que se começa a chamar de sistema econômico planetário, ou em linguagem atual, globalização – forma mais avançada de expansão do modo de produção capitalista em escala mundial.

A prática de formulação de estudos e modelos econômicos em conjunto é consideravelmente antiga entre os economistas. Remonta aos tempos dos fisiocratas em que já se formulava hipóteses a mais longo prazo sobre determinadas variáveis, em particular os recursos

não-renováveis, revelando o fato de que a economia estadunidense, por exemplo, tende a ser crescentemente dependente desses recursos disponíveis nos países periféricos. Esta conclusão, é a base da política de expansão da economia dos Estados Unidos através do avanço das grandes empresas no sentido da exploração dos recursos naturais em nível mundial.

O processo de degradação ambiental foi engendrado pela revolução industrial se estendendo até os dias atuais, ignorando-se completamente as transformações no mundo físico, com projeções a longo prazo baseadas implicitamente na idéia de que a fronteira externa do sistema é ilimitada. A política de defesa desses recursos pertence aos governos das diversas nações e não da simples intenção das grandes empresas interessadas em sua exploração; não se pode prever o grau de eficiência dessa política defensiva ante às pressões do capital internacional, pois um país subdesenvolvido não possui um suporte político-econômico capaz de limitar a ação dessas empresas dentro do seu próprio território. Muitas são as carências e muitos são os interesses envolvidos nesse jogo político.

As grandes empresas têm por objetivo principal a obtenção do lucro, cuja contrapartida se compõe de processos irreversíveis no mundo físico. O pensamento geral, quase consensual, sobre as péssimas projeções em nível ambiental global, aponta para o fato de que o próprio desenvolvimento tecnológico, via inovações, solucionará todos os problemas de ordem física do sistema, como se o agravamento destes não fossem provocados por aquele. Portanto, não se pode projetar o futuro da economia mundial tendo como elemento principal o histórico das economias industrializadas.

Trata-se de um modelo ideológico estruturado na observação das economias que lideraram o processo de industrialização, que se utilizaram dos recursos não-renováveis dos países subdesenvolvidos para alavancar o seu próprio desenvolvimento. A continuidade desse modelo, em nível mundial, considerando-se a hipótese de que seja colocado em prática

gradativamente por todos os países inseridos no modo de produção capitalista cujo objetivo é também se desenvolver, irá requerer um volume cada vez maior de recursos a serem explorados por todos esses países simultaneamente, fato que permite prever com certa brevidade, sérios problemas para a humanidade.

Numa rápida observação das condições aqui colocadas supostamente necessárias à condição de desenvolvimento, pode-se prospectar uma tendência num futuro muito próximo de um colapso em nível planetário, pelo fato da limitação desses recursos naturais não renováveis, conforme conclusões do estudo *The limits to growth*, ora mencionado.

Para Celso Furtado (1974), o estado de subdesenvolvimento nada tem a ver com o tempo em que uma sociedade ou país esteja inserido num modelo de produção como o capitalismo, mas sim com o grau de capital aplicado aos processos produtivos como também ao acesso ao chamado “estilo de vida moderno” experimentado pelas populações dos países centrais.

A partir da segunda metade do século XIX, a economia mundial passou por profundas transformações ocasionadas pela aceleração da acumulação de capital nos sistemas de produção e pela intensificação do comércio internacional. Tais fatos ocorreram pelo aumento do fluxo crescente do excedente produzido gerando um forte incremento no processo de acumulação de capital, fazendo com que o consumo privado e público dessas economias viesse a se expandir.

Essa evolução do capitalismo industrial na Inglaterra, seguida do fortalecimento do sistema bancário, deu origem a divisão internacional do trabalho disseminada em nível internacional via expansão capitalista, caracterizada pela exploração por parte das grandes empresas da mão-de-obra abundante e consideravelmente mais barata comum nas economias periféricas. As grandes empresas, portanto, configuram-se como principal meio transformador no fomento ao processo de acumulação capitalista, organizadas desde então na forma de grandes

oligopólios – tipos de estruturas de mercado em que poucas empresas detêm o controle da maior parcela do mercado em que atuam.

O processo de industrialização nos países subdesenvolvidos se inicia tardiamente em relação aos países centrais. Mas, a acumulação de capital, não. No caso específico do Brasil, já se observava altos índices de acumulação gerada principalmente no auge da expansão cafeeira, período que se configura pela afirmação de uma burguesia oriunda da atividade agrícola exportadora – da qual era expropriado o excedente da produção – que posteriormente migraria para a indústria nascente e se reafirmaria como burguesia industrial, fruto dessa acumulação já existente muito antes dos primeiros sopros de industrialização.

Em sua quase totalidade os países atualmente subdesenvolvidos amargaram longos períodos de suas histórias na condição de colônias das metrópoles capitalistas, ocasionando um forte atraso nas relações sócio-econômicas dessas para com aquelas economias, além de se configurar numa estrutura de forte dependência direcionada por uma orientação no sentido da complementação do sistema econômico internacional, pela assimilação de suas regras e não pela tentativa de formação de uma forte estrutura econômica Nacional.

Celso Furtado (1974) considera de suma importância para os economistas, a compreensão do que representou o colonialismo no âmbito do modo de produção capitalista, em que a hegemonia das metrópoles do capitalismo sobre a vida econômica, política e cultural dos países de passado colonial, mesmo depois da “independência”, continua de forma aparentemente diferenciada, ou seja, da manutenção dessas ex-colônias como fonte de produtos primários para o mercado mundial

A fase inicial da inserção dos países da periferia no comércio internacional, é caracterizada pela exportação de produtos primários, os quais são produzidos em larga escala, num regime de monoculturas. Esse processo foi experimentado pelo Brasil em várias fases da sua

história. A agricultura é a base da economia dessas nações que se diferenciam pelos aspectos físicos peculiares a cada uma, que, enquanto colônias, remetem todo o excedente da produção agrícola à metrópole a qual está submetida. A partir do momento em que não têm mais um vínculo de dependência formal para com a metrópole, ou seja, deixa de ser colônia, esse excedente é destinado ao incremento da produção na agricultura e ao acúmulo de riquezas dos detentores desses meios de produção, quais sejam: terras, equipamentos e mão-de-obra.

Ao se inserirem no mercado internacional, deparam-se com a forte concorrência inerente ao sistema capitalista e para serem competitivas nesse ambiente precisam necessariamente se enquadrar no modelo das “vantagens comparativas”, conceito de custos introduzido no comércio exterior por David Ricardo em 1817, cujo principal insumo, além do produto característico de cada país, é a mão-de-obra barata.

Nesse contexto, Celso Furtado (1974) chama a atenção para o início de um processo marcado por profundas transformações no comportamento dos agentes econômicos dos países periféricos. Com a apropriação do excedente da produção no setor primário pelos detentores dos meios necessários a essa produção, começa a tornar-se claramente perceptível um distanciamento cada vez maior entre essa classe privilegiada e a classe trabalhadora, pela concentração da riqueza em detrimento de uma melhor distribuição de renda.

Passam ocorrer então, fortes transformações nas economias dos países periféricos, tornando-se necessário, um incremento nas importações de bens finais de consumo motivado pelo aumento da demanda engendrada pela minoria dominante detentora da maior parte da riqueza dos seus países; fato que se caracteriza pela imitação – por parte dessa minoria privilegiada dos países periféricos – do padrão de consumo das classes mais abastadas dos países industrializados.

Além das empresas exportadoras da periferia, surgem também algumas empresas importadoras, com a missão principal de suprir através do mercado externo, essas necessidades de consumo que se avolumaram muito rapidamente nesta fase de expansão internacional dessas economias. Porém, nos momentos de crise que se apresentam de forma prolongada, reduz-se as importações. Para garantir a manutenção dos novos padrões de consumo agora inseridos na dinâmica econômica dos países periféricos, vem à tona a necessidade da produção dessas mercadorias em escala interna no sentido da substituição das importações incentivadas pelos países centrais por um motivo muito óbvio: a penetração das grandes empresas abrangendo os subsistemas nacionais periféricos através das suas subsidiárias ali instaladas e produzindo em larga escala.

Essas empresas subsidiárias têm por objetivo reproduzir aqueles bens de consumo final que já estão assimilados pelo mercado interno e ainda promover a inserção no mesmo das inovações – elementos fundamentais à expansão capitalista – mantidas sob a tutela dos países do centro do sistema. Assim, a industrialização realizada na periferia é completamente diferenciada daquela realizada anteriormente no centro onde o fluxo de novos produtos aumenta os salários reais e conseqüentemente o consumo geral, enquanto que na periferia, cresce a concentração da renda e a imitação dos padrões de consumo externo, conforme indica Celso Furtado (1974,p. 44):

Sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cênicos e, ainda mais, da que nesses prossegue o presente. O dinamismo econômico no centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massa. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cênicos. Esse ponto é fundamental para o conhecimento da estrutura global do sistema capitalista.

Dessa forma, a grande empresa se configura como a mola propulsora do processo de afirmação e acumulação capitalista, que num estágio mais avançado irá coroar de êxito esta condição com a formação dos oligopólios internacionais. A partir de então, os governos nacionais perdem o controle das empresas multinacionais que passam a dominar o mercado de forma rápida e crescente, administrando recursos simultaneamente em vários países.

O sistema capitalista numa forma mais avançada, necessita do aparelho do Estado a fim de estabelecer critérios de “interesse geral” no conjunto das atividades econômicas com intuito de fortalecer permanentemente a idéia de que, os países que queiram integrar o centro do mundo capitalista, necessitam conviver com estas grandes empresas. Porém a relação centro-periferia, se efetiva através da inserção das grandes empresas nas economias periféricas, sem que o Estado interfira diretamente nas suas formas de atuação, fazendo com que este relacionamento se caracterize por um distanciamento crescente em termos de desenvolvimento.

O aumento da internacionalização das atividades econômicas no sistema capitalista motivado pela ação das grandes empresas com seus ganhos de escala, proporcionou a elevação das taxas de crescimento dessas economias ligadas ao intenso intercâmbio tecnológico e ao movimento de capitais que acompanharam todo esse processo de integração.

Apesar de toda essa intensificação na busca incansável da consolidação do modo de produção capitalista, os países cêtricos, berços deste sistema, sofrem o esgotamento crescente dos recursos não-renováveis, os quais são por eles explorados e expropriados da periferia. Dessa forma, ocorre necessariamente, do ponto de vista dos países desenvolvidos, uma indesejável dependência desses em relação aos países periféricos quanto a esses aspectos físicos. Os Estados periféricos podem exercer sua autonomia na defesa desses recursos, porém essa condição é inviabilizada pela debilidade de atuação dos mesmos, que na maioria dos casos, se aliam as grandes empresas para obter “vantagens” internas e externas.

A grande empresa tem poder de força em relação a mão-de-obra periférica; se for pressionada, se desloca para áreas onde encontrará este recurso em abundância, ou seja, as chamadas reservas de mão-de-obra; conforme explica Celso Furtado (1974,p. 78):

A nossa hipótese central é a seguinte: o ponto de origem do subdesenvolvimento são os aumentos de produtividade do trabalho engendrados pela simples realocação de recursos visando a obter vantagens comparativas estáticas no comércio internacional. O progresso técnico – tanto sob a forma de adoção de métodos produtivos mais eficientes como sob a forma de introdução de novos produtos destinados ao consumo – e a correspondente aceleração no processo de acumulação permitiram que em outras áreas crescesse significativamente a produtividade do trabalho, como fruto da especialização geográfica.

Percebe-se claramente, a partir dessa observação, a condição de subserviência em que se encontram os países periféricos diante da mobilidade do capital internacional proporcionada pela ação da grande empresa.

As pressões sobre os recursos não renováveis são consideradas inevitáveis dentro do padrão de consumo gerado pela “vida moderna” experimentada no centro e por uma minoria da periferia. As inovações perseguidas pelas grandes empresas ditam o ritmo do consumo nos países centrais e nas classes dominantes das periferias, gerando alto grau de desperdício em detrimento do grau de miserabilidade da enorme maioria. Uma melhor racionalização desses fatores, visando um aproveitamento mais eficiente no sentido da redução dos desperdícios, certamente reduziria a pressão sobre esses recursos.

Para Celso Furtado (1974), se hipoteticamente, todos os países, que compõe o complexo sistema capitalista, tiverem acesso ao padrão de “vida moderna” experimentado pelos países desenvolvidos, como preconiza tal ideologia, o colapso de toda uma geração será inevitável devido ao absurdo aumento dessa pressão sobre os recursos não-renováveis. Logo, torna-se evidente esta impossibilidade, ou seja, os países subdesenvolvidos jamais atingirão tal condição,

permanecendo sempre à margem das principais discussões e decisões pertinentes ao bom funcionamento e desempenho do sistema capitalista. Assim, partindo dessa obviedade, Celso Furtado (1974) conclui que o desenvolvimento econômico não passa de um “mito”, cada vez mais distante da realidade das periferias.

Portanto, é imprescindível rediscutir os rumos da economia global. É preciso reavaliar a atual condição de neutralidade dos Estados Nacionais diante da expansão capitalista. É urgente a necessidade da redução das profundas desigualdades sociais promovidas pela péssima distribuição da riqueza no contexto mundial. É mister a revisão por parte das lideranças centrais desse sistema, das formas de exploração e utilização dos recursos naturais que já apresentam fortes sinais de esgotamento.

Celso Furtado (1974) enfatiza que todas essas reflexões, fazem parte da difícil tarefa do economista, que é a compreensão e a subsequente interpretação dessa imensa complexidade que se apresenta sob a sombra de um futuro nada promissor para a humanidade.

A historicidade dos processos sociais é, segundo Celso Furtado (1974), de suma importância para o economista no auxílio ao entendimento de todos os problemas de ordem social gerados pela intensificação do modo de produção capitalista, onde a estratificação social aparece como uma das suas mais marcantes características.

A importância da compreensão dessa observação, passa necessariamente pelo entendimento da relação centro-periferia, calcada na manutenção da supremacia dos países centrais sobre os periféricos, caracterizada por uma forte dependência econômica destes para com aqueles, que perdura desde os períodos de dominação colonial até os tempos atuais em que o comércio internacional é a principal peça dessa complexa engrenagem.

Quando se usa a expressão “comércio internacional”, corre-se o risco de deixar passar despercebido o mais eficiente mecanismo utilizado na operacionalização dessa relação desigual,

a *grande empresa*, certamente o mais expressivo ícone da expansão do modo de produção capitalista.

A substituição de importações, foi historicamente uma das variantes econômicas mais utilizadas pelos países subdesenvolvidos nos seus particulares processos de industrialização, inclusive o Brasil. Este conceito, elaborado pelos economistas da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, visava designar um processo interno de desenvolvimento, estimulado pelo desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial, deixando de ser somente, numa visão mais ampla, a simples substituição de produtos importados.

Todos esses aspectos positivos podem ser realmente comprovados nessas economias uma vez levantados e apurados os dados necessários à análise; mas, não se pode perder de vista nessa contextualização a participação imprescindível das empresas multinacionais, uma vez que a realidade econômica dessas nações não apresentava as mínimas condições de suportar com suas próprias forças o pesado fardo que é a elaboração e a manutenção de uma política industrial dessa envergadura.

O processo de substituição de importações é, em última análise, mais uma forma de inserção da *grande empresa* no chamado terceiro mundo, pois sua eficiência somente pode ser atingida através da técnica oriunda do centro do sistema capitalista por meio da mesma.

Este aspecto do processo de substituição de importações, é considerado no presente estudo como uma contradição de Celso Furtado, já que toda a discussão da dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento passa pela expansão do modo de produção capitalista através dos grandes oligopólios internacionais, cuja acumulação de capital expropriada dos países periféricos se apresenta sob a forma do excedente da produção, principal fator da estratificação e da exclusão social.

Após realizada toda essa reflexão acerca da problemática do subdesenvolvimento contemplada em sua obra “O Mito do Desenvolvimento Econômico”(1974), Celso Furtado acena para a necessidade urgente de uma teoria econômica que esteja alinhada com a realidade dos países periféricos, já que a literatura existente em sua quase totalidade está embasada nas particularidades experimentadas pelos países desenvolvidos e seus resultados em termos econômicos e sociais.

O auge dessa discussão se deu em meados do século XX na América Latina, por influência da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, órgão regional das Nações Unidas, empenhado na superação desse quadro de subdesenvolvimento, que defende ainda a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação geral de sua estrutura produtiva.

Neste contexto, técnicos renomados da região – economistas, administradores e sociólogos – tornaram-se conhecidos como integrantes da “Escola da CEPAL”, dentre eles, o próprio Celso Furtado e ainda: Felipe Herrera, Aníbal Pinto, Raúl Prebisch, Jorge Alcazar, Francisco Aquino, Jorge Rose, Raúl Rey Alvarez, Alizón Garcia, Bruno Leuschener, Regino Boti, Milic Kybal, José Medina Echevarría, Jorge Ahumada, Juan Noyola, Oscar Sobemón e outros. Todas as discussões e idéias fomentadas nesse período foram, em alguns casos, experimentadas através de projetos de governos dos países locais. O Brasil foi um desses países, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek onde o Plano de Metas teve como embasamento teórico, os modelos econômicos desenvolvidos pela Comissão.

A partir da metade da década de 60, a América Latina sofreu intensas transformações. Em grande parte dos países do continente foram instauradas ditaduras militares, fator preponderante na dissipação progressiva de qualquer forma de teorização econômica que não contemplasse seus ideais completamente ortodoxos, cerceando toda e qualquer forma de pensamento cujo foco não

estivesse direcionado para o conservadorismo que caracterizou essa transição. Durante esse período que se estendeu até meados da década de 80 no caso brasileiro, mais precisamente 1984 quando findou a era ditatorial, muito pouco ou quase nada se produziu em termos de estudos relacionados aos problemas sócio-econômicos do continente Latino-americano, mesmo porque, a maioria dos intelectuais preocupados com estas questões, dentre eles Celso Furtado, foram perseguidos exaustivamente e fadados ao exílio. Desde então, as tentativas de elaboração de uma teoria econômica que possibilite a compreensão da realidade das economias subdesenvolvidas, a partir delas mesmas, vêm perdendo força a ponto de na atualidade serem quase que ignoradas.

Faz-se necessário um questionamento relativo ao período compreendido entre o fim da última gestão militar no Brasil (1984) e os dias atuais. Se desde então, sucumbiram todas as formas de repressão a que estava submetida a sociedade brasileira, qual o motivo da permanente carência de um corpo de teorias que contemple a problemática do subdesenvolvimento? A resposta está justamente na ausência por mais de duas décadas de um esforço na continuidade no sentido da teorização, período em que se expandiu e fortaleceu a ideologia neo-liberal, importante fator de sustentação do modo de produção capitalista.

Na tentativa de manter acesa a chama da valorização da intelectualidade nacional, Celso Furtado deu continuidade aos seus estudos sem cessar, mesmo no exílio, publicando obras de suma importância à compreensão do fenômeno conhecido como subdesenvolvimento.

Na pesquisa a extensa obra de Celso Furtado, pode-se verificar o grau de profundidade das reflexões sócio-econômicas elaboradas. É uma constante em suas publicações, citações plenamente constatáveis e aplicáveis aos tempos presentes em termos de economia política. Fez diagnósticos há mais de trinta anos absolutamente atuais, à maneira de verdadeiras profecias.

Ao mesmo tempo que, através dessas reflexões, provoca e instiga a discussão acerca do subdesenvolvimento, demonstra uma preocupação constante no que tange a necessidade de um

quadro teórico mais amplo que venha a contemplar as expectativas dos estudiosos dessa realidade; conforme relata (1976,p. 13):

A análise econômica corrente, fundada numa concepção funcionalista dos processos sociais, é reconhecidamente insuficiente para captar aspectos fundamentais dos sistemas econômicos contemporâneos. Os fatos que não consegue explicar, a partir do conhecimento que tem de um número limitado de *variáveis econômicas* e de parâmetros incorporados em uma matriz estrutural, o economista tenta reinserir indiretamente nesta última, que assim vai ganhando espessura e opacidade. Desta forma, fatos da maior significação ocorrem “no plano das estruturas”, sendo praticamente invisíveis para o analista econômico...Ora, o esforço de teorização dentro desse quadro encontra-se, há bastante tempo, em fase de rendimento decrescente: o aumento no fluxo de informação tem sido considerável, em termos relativos, mas sua eficácia no plano explicativo bem modesta. Há razões para supor que a dificuldade maior para continuar avançando na construção teórica advém de limitações impostas pelos enunciados gerais que delimitam o horizonte especulativo. Nosso objetivo é chamar a atenção para algumas dessas limitações e sugerir pistas tendo em vista supera-las.

Em seu livro “Prefácio à Nova Economia Política”, Celso Furtado (1976) chama a atenção para a tentativa de reconstrução do quadro conceitual de que o economista se utiliza a partir de uma visão global de estruturas sociais historicamente identificadas, partindo sempre do princípio de que a economia é uma ciência social.

Na sua grande maioria, os economistas atribuem os avanços dos estudos e pesquisas no campo econômico à utilização crescente de instrumentos de auxílio oriundos de outras disciplinas como a matemática e a estatística, por exemplo. Atribuem também, as deficiências aparentes do quadro econômico das economias subdesenvolvidas em geral, a uma forte carência de mais recursos técnicos dessa envergadura para o estudo dos problemas particulares que os preocupam.

Como essas ferramentas ainda não são suficientes para, em conjunto com os conceitos atuais, lograrem êxito no combate a esses problemas de ordem social, torna-se imprescindível o esforço na busca de uma teoria social global na qual se confrontem a teoria da reprodução da população, a teoria da acumulação, a teoria da estratificação social e a teoria do poder. Para tanto,

Celso Furtado (1976) denomina seu próprio livro “Prefácio à Nova Economia Política”, como um prefácio de uma obra que não existe, tentando forçar a retomada do debate em torno dessa complexidade.

Numa rápida análise dos conceitos comumente utilizados pelos economistas nas mais diversas formas de interpretação da dinâmica econômica como o consumo, o investimento, a poupança, etc., pode-se constatar que os resultados da observação desses agregados não revela a existência de diferentes níveis de classe social. Como aceitar a validade de um indicador como a propensão a consumir de uma população como a brasileira, por exemplo, onde a classe dominante de um lado, é responsável por um volume de consumo infinitamente maior que a pobreza no outro extremo?

Um estudo considerado de suma importância na tentativa de explicitar os elementos que permitem demonstrar as especificidades do subdesenvolvimento, foi o trabalho executado pela escola estruturalista latino-americana, que possibilitou avançar no conhecimento de importantes características dessas economias, visando a compreensão dos aspectos básicos do seu funcionamento, onde a contribuição de Celso Furtado é amplamente reconhecida.

Desde os economistas clássicos, as idéias básicas do estudo da economia visavam explicar o progresso das nações através da análise da riqueza das coletividades humanas; por trás dessas idéias está o conceito da acumulação de capital, muito pouco elaborado por parte dos economistas, que segundo Celso Furtado é interpretado de várias maneiras, sendo as duas principais: acumulação-fluxo (formação de capital: investimento) e a acumulação-estoque (capital já acumulado: capacidade de produção).

Ambas as definições resultam de décadas de debates e reflexões que partiram basicamente do debate entre os clássicos sobre o que era e o que não era trabalho produtivo, o que realmente em termos de fruto do trabalho poderia ser acumulado no sentido de aumento da riqueza do país.

Desde Adam Smith até Keynes, inclusive Marx, houve uma tendência à análise da acumulação-fluxo, ou, uma maior preocupação com o investimento; particularmente com o aumento da capacidade produtiva de um sistema econômico. Dessa forma, pode-se ter a noção da carência teórica quanto à compreensão do que seja a acumulação global dentro do sistema capitalista.

A teoria do desenvolvimento elucida como ponto principal da discussão, as relações entre acumulação e progresso técnico, que no processo de produção assume a forma de sistemas produtivos mais eficazes e fora dele, a forma de mudança no estilo de vida de alguns grupos da população.

O progresso técnico se configura então, como a principal condição para a continuidade da acumulação global, como afirma Celso Furtado (1976,p. 15): “Quanto mais concentrada a renda, mais a acumulação fora do sistema produtivo requer modificações no estilo de vida, ou seja, a introdução de novos produtos”. Compreender o processo global de acumulação é vital quando se pretende analisar a acumulação no sistema produtivo. Segundo Celso Furtado (1976) o quadro conceitual que fundamenta a teoria do desenvolvimento econômico, macroeconomicamente falando, é controverso e inconsistente, sendo o conceito de excedente melhor aplicável a análise da acumulação global (1976, p. 16):

...os conceitos correntes da análise econômica (investimento, poupança, consumo, etc.), foram concebidos para o estudo da acumulação geradora de um fator de produção, ou seja, criadora de um instrumento de poder de importância decisiva na apropriação do produto social. A transposição desses conceitos ao nível macroeconômico acarreta consideráveis ambigüidades que estão na origem do impasse em que se encontram, há algum tempo, as teorias do desenvolvimento econômico. É crescente a evidência de que uma teoria da acumulação global não pode fundar-se nesse quadro conceitual. Tentaremos demonstrar que o conceito de excedente, cuja idéia central está nos fisiocratas e nos primeiros clássicos ingleses, constitui um ponto de partida mais sólido para o estudo da acumulação global.

O conceito de excedente é fruto da observação da sociedade francesa do início do século XVIII, eminentemente agrícola, pelos fisiocratas, cuja compreensão do bem-estar social dependia da produtividade do trabalho agrícola. O excedente, em linhas gerais, era a diferença entre a produção agrícola e o consumo dos produtos agrícolas pela população camponesa, cujo resultado era denominado pelos fisiocratas como *produto líquido*. Esse processo constituía a base do desenvolvimento de toda atividade social, em todos os campos de abrangência, tanto rurais quanto urbanas.

O excedente, no caso das economias subdesenvolvidas, dentre elas a brasileira, é igualmente oriundo da produtividade obtida na agricultura como nos países centrais, porém com profundas diferenças relativas a sua distribuição ou, apropriação em relação aos mesmos. Mas, apesar de algumas questões controversas, ainda se constitui como um ponto de partida mais sólido para o estudo da acumulação global.

Os fisiocratas consideravam somente o trabalho agrícola como produtivo, uma vez que nenhuma forma de excedente gerada em outra atividade econômica seria capaz de contemplar as necessidades de toda a massa de trabalhadores e da sociedade como um todo. Conseqüentemente, não levavam em consideração o fato de que outras atividades econômicas poderiam servir como forma de aumentar a produtividade do setor agrícola, ampliando ainda mais o excedente. Mas, apesar de alguns desencontros consideráveis nessas observações, mesmo os fisiocratas vislumbraram perfeitamente as ligações entre as formas de apropriação do excedente e a estrutura de classes na sociedade.

Segundo Celso Furtado, a partir do início do século XIX, passa a ocorrer então um abandono gradativo do conceito de excedente, sendo apontado o foco da discussão, para uma ciência econômica que pudesse ser explicada de forma alheia ao conhecimento das estruturas

sociais. Eis uma das principais razões da restrição do campo de estudo do economista, que sequer consegue compreender a própria evolução do modo de produção capitalista.

A divisão do trabalho é um processo inerente à existência do homem, segundo pesquisas nas áreas da antropologia e história, disciplinas de suma importância à compreensão da sociedade. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se admitir que a divisão do trabalho gera a especialização, que por sua vez, acarreta um aumento na eficácia do trabalho.

Essa maior eficácia é, comprovadamente, como afirma Celso Furtado (1976), sempre acompanhada de crescimento demográfico, desde que as condições de ambiente sejam favoráveis, característica que indica uma forte manifestação da existência do excedente, pois o crescimento demográfico, cria novas possibilidades de divisão do trabalho. Logo, o aumento populacional, por consequência, diversifica o processo de divisão do trabalho. Porém, o que se pode verificar em termos de excedente, é que a apropriação deste é fator preponderante na estratificação social, por denotar as profundas diferenças dos níveis de consumo dentro da sociedade, tornando visíveis e alargando progressivamente as relações assimétricas ali existentes.

O cálculo do excedente é baseado na comparação entre o custo da reprodução do conjunto da população e a produtividade social do trabalho. Segundo os economistas clássicos o custo básico de reprodução da população se configura no salário de subsistência da massa trabalhadora.

O economista deve atentar para o fato dessa limitação, uma vez que o que se discute é a reprodução da população em geral e não somente a reprodução da massa trabalhadora, como esclarece Celso Furtado (1976,p. 20): “as atividades econômicas permitem à sociedade reproduzir-se como um todo, independentemente das funções que desempenha cada um de seus membros. Reproduz-se a população e reproduzem-se as desigualdades sociais, cada um desses processos absorvendo parte do produto social. A parte da população que se beneficia do excedente, também tem um custo de reprodução”.

A divisão social do trabalho não é causa suficiente para a existência do excedente, mas sim para o fomento da estratificação social, muito mais aparente nas economias subdesenvolvidas, como demonstra Celso Furtado (1976,p. 25):

Em síntese: o tema central da teoria do excedente são as formas inigualitárias de apropriação do fruto do aumento da produtividade do trabalho. De uma maneira geral o custo de reprodução da população é homogêneo no espaço e tende a aumentar mais que a produtividade social nas economias capitalistas desenvolvidas, e é heterogêneo no espaço e tende a crescer menos que a produtividade social nas economias capitalistas subdesenvolvidas. No primeiro tipo de formação social observa-se historicamente uma tendência ao declínio relativo do excedente, sem que isso haja implicado em redução no esforço de acumulação ao nível do sistema produtivo. No segundo, a evidência histórica mostra aumento da participação do excedente no produto, sem que isso haja implicado em maior esforço de acumulação ao nível do sistema produtivo. Esta comparação entre o comportamento no tempo do custo de reprodução da população e o da acumulação ao nível das atividades produtivas, põe em evidência a ambigüidade do termo subdesenvolvimento, que insinua a idéia de transitoriedade, ou de algo que existe necessariamente antes do desenvolvimento.

Celso Furtado (1976) avança na definição de excedente e lança mão da história. O excedente, dentro de uma retrospectiva que coincide com o surgimento das primeiras civilizações, aparece fundamentalmente a partir de duas formas básicas, quanto à sua apropriação: a forma autoritária e a forma mercantil.

A primeira implica na apropriação pela coação de um povo ou grupo sobre o outro, sendo a escravização a sua mais clara evidência. A segunda, muito mais complexa e menos evidente, aparece quando do surgimento das primeiras relações de intercâmbio entre os homens, não derivando diretamente deste, mas surge da ligação entre o intercâmbio e o aumento da produtividade econômica. Quanto a este aspecto, é notória a influência de Karl Marx nas postulações de Celso Furtado.

É importante ressaltar que as duas formas referidas de captação do excedente não só coexistiram, como foram paralelamente complementares, sendo a segunda – a forma mercantil –

caracterizada segundo Celso Furtado (1976,p. 36), como elemento eminentemente identificado na *gênese* do modo de produção capitalista. Uma observação visivelmente constatável pode endossar esta afirmação: “o uso de um excedente como instrumento para a captação de outro excedente, decorrência natural das operações de intercâmbio, é a base das formações sociais que chamamos genericamente de capitalismo”.

O capitalismo se configurava então pelo fortalecimento da burguesia, representada pelo empresariado, que não só controlava os meios de produção como também a oferta de trabalho, obtendo inclusive, vantagens em relação aos proprietários de terras, que disputavam entre si a possibilidade de locação de suas propriedades aos “capitalistas” mais poderosos. A evolução das forças produtivas propiciava tanto poder ao capitalista que, em última instância, o controle total dos preços e do consumo das classes operárias, bem como o funcionamento da dinâmica mercadológica como um todo, situavam-se sob o seu domínio.

O controle do sistema de produção passava das mãos da classe dos proprietários, que se instalavam na posição de simples rentistas, para as mãos da burguesia mercantil. As garantias que a tradição e os costumes asseguravam à massa trabalhadora pela sua organização, desapareceram em face do novo sistema de poder que pretendia derivar das “leis do mercado” a sua legitimidade; conforme ilustra Celso Furtado (1976,p. 39):

...O empresário que arrendava terras em grande escala podia privar parte da população de sua fonte de subsistência e, por esse meio, conseguia reduzir o custo da mão de obra. Demais, mediante o controle da oferta podia manipular os preços nas áreas dele tributárias. Por último, também se debilitava em face dele a posição do proprietário de terras, que para arrendar estas devia escolher entre uns poucos grandes empresários. Não há dúvidas que essa modificação na relação de forças em favor da burguesia esteve ligada ao aumento relativo do capital mercantil no processo geral de acumulação. Mas interessa frisar que foi essa prévia modificação na relação de forças no plano do sistema de poder que permitiu à burguesia estender o seu controle às atividades produtivas. Em outras palavras: não foi a evolução das forças produtivas que trouxe a difusão do modo capitalista de produção; foi a modificação na posição de força da burguesia, tornada possível pela acumulação do capital mercantil, que a

capacitou para atacar no duplo front da agricultura feudal e da manufatura artesanal e corporativa e precipitou a evolução das forças produtivas.

Celso Furtado enfatiza que, o modo capitalista de produção, se bem observado, não é outra coisa senão a aplicação à organização da produção da forma mercantil de apropriação do excedente, que aplicada ao controle direto das atividades produtivas, resultou ser um sistema de poder muito mais eficaz do que as formas autoritárias de apropriação do excedente que até então haviam prevalecido em todas as formações sociais.

As atividades internacionais, propriamente ditas, são de natureza mercantil, referindo-se ao intercâmbio de produtos que permite a extração de um excedente no quadro de operações de mercado. Esse modo de produção se confirma como a entrada ao aprofundamento da divisão social do trabalho e conseqüentemente ao avanço da técnica. Dessa forma, segundo Celso Furtado, através desse poderoso sistema de dominação social, se intensifica o processo de acumulação, dando início a um período de extraordinário desenvolvimento das forças produtivas: a Revolução Industrial.

A afirmação do capitalismo e sua intensificação, acarreta profundas modificações nas estruturas sociais em nível mundial, principalmente no que se refere à cultura e ao comportamento das grandes massas populacionais. O indivíduo, assim como toda a sua família e ainda grande parte do grupo social no qual está inserido, atravessa todo o seu ciclo de vida envolto por uma “atmosfera” completamente impregnada por uma ideologia elaborada e difundida no centro da organização capitalista, portanto numa condição de absoluta subserviência.

Para Celso Furtado (1976), a apropriação do excedente pode ser medida através de um sistema de preços que, controlados no mercado pelas grandes empresas, provocam transferências

de renda de vários tipos, podendo ainda, em algumas circunstâncias, anular a elevação do salário real. Podem ainda, transferir renda entre si mesmas, dependendo da situação, reduzindo parte do excedente de que se apropria o Estado e os demais grupos sociais.

É importante frisar que o Estado pode a qualquer instante interferir e modificar a apropriação do produto social através do instrumento de crédito, câmbio e do fisco ou ainda, agindo nas políticas de salários e preços. Essa argumentação é, segundo Celso Furtado (1976), uma prova cabal da importância do papel do Estado na expansão do modo de produção capitalista, ou seja, agir institucionalmente com vistas a amenizar o máximo possível as crises inerentes ao sistema, de forma a não inviabilizar a apropriação do excedente através do intercâmbio, tanto nas economias nacionais como no mercado internacional.

A utilização dos recursos naturais disponíveis em maior abundância nos países subdesenvolvidos, é outro fator importante a ser observado quando se trata da questão do intercâmbio externo que, aprofundando a divisão social do trabalho, acelera a elevação da produtividade nessas economias. Esses recursos naturais somados à mão-de-obra barata existente em grande quantidade na periferia, são os elementos mais básicos necessários à formação do excedente.

A elaboração da divisão internacional do trabalho foi, não apenas uma questão de abertura de novas linhas de comércio, mas principalmente a imposição de padrões de cultura, os quais condicionariam subsequentemente o processo de acumulação, pois a industrialização nessas economias subdesenvolvidas se daria via o tão difundido modelo de substituição de importações.

Novamente vem à tona a principal contradição de Celso Furtado, já que tal modelo foi implementado e difundido na Escola da CEPAL durante a sua gestão como Diretor da Instituição, e colocado em prática em meados do século XX.

As grandes transformações nas estruturas sociais, ao longo da história, em diversos países, objetivavam amenizar ou até mesmo anular as desigualdades provocadas principalmente pelas formas autoritárias de apropriação do excedente que, num estágio posterior, se configura como um processo inerente ao modo de produção capitalista. Em alguns casos, essas rupturas foram acompanhadas por processos revolucionários; em outros, limitam-se a provocar uma maior participação do Estado no controle do sistema de produção. Ambas as situações, igualmente, se legitimam na luta contra as desigualdades sociais e o estado de insegurança e miséria em que se encontram as grandes massas da população.

2.2 *Atualização histórica dos postulados clássicos – notas sobre o “mercado mundial”*

Como condição permanente de projeção do capitalismo em escala mundial, os novos sistemas de poder nascem, portanto, com um compromisso histórico que é “desenvolver” o país, eliminando o atraso no desenvolvimento das forças produtivas através da adoção e o consequente aprofundamento das formas mercantis de apropriação do excedente. Essa é uma manifestação que tende a ser aplicada sob a orientação da reprodução dos comprovados métodos de organização do modo de produção capitalista, modelo específico de um processo de estratificação social e de condicionamento mental; assim o capitalismo se reafirma pela renovação das formas de desigualdade que espontaneamente se auto-legitimam.

Tanto nos países em que se originou o capitalismo na sua forma clássica, quanto naqueles em que outras formas foram observadas, como o caso do Brasil, o excedente é o que se pode definir como o elemento base, a chave mestra que abre todas as portas à expansão do modo de

produção capitalista. Logo, ao chamar a atenção para a importância desse conceito, Celso Furtado (1976) esclarece e simplifica a compreensão daquilo que agora parece claro, mas que anteriormente se apresentava um tanto nebuloso, obviamente não por acaso.

A análise do excedente, portanto, é a forma que se apresenta mais clara no sentido de uma compreensão inicial do processo de acumulação de capital. Na maioria dos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, cujos processos de industrialização foram engendrados a partir de um excedente gerado na agricultura, se pode afirmar que mesmo não tendo sido originado da forma clássica o modo de produção capitalista nessas economias, ou seja, a partir da indústria e do trabalho assalariado, sendo inclusive denominadas sociedades pré-capitalistas, se verifica uma forma peculiar de acumulação de capital – a apropriação do excedente.

Logo, é possível conjecturar sobre esse excedente, baseado na idéia de que nessas economias atrasadas o modo de produção capitalista se instaurou graças a uma acumulação prévia originária da produção agrícola, ou seja, o inverso do processo fundado nos países centrais em que a acumulação de capital é um fenômeno oriundo do lucro proporcionado via alocação das forças produtivas pelo capitalista.

Numa atenta observação da economia mundial a partir da segunda metade do século XIX, se pode perceber que as grandes transformações ocorridas articulam-se em torno da intensificação da acumulação de capital nos processos produtivos e do considerável aumento do comércio internacional. Esses dois elementos alavancaram ainda mais a produtividade do trabalho, originando enormes volumes de recursos destinados à intensificação do processo de acumulação e ao financiamento do incremento e da diversificação do consumo de alguns grupos sociais privilegiados.

Conforme observação de Celso Furtado (1976), o processo de intensificação do comércio internacional veio a se caracterizar como uma espécie de divisor de águas nas formas de

expansão do capitalismo, tornando clara a visualização de duas fases distintas, a saber: a primeira, identificada dentro dos limites nacionais de cada economia particularmente, como no caso clássico da Inglaterra, berço da Revolução Industrial; a segunda caracterizada pela expansão do comércio internacional.

Na primeira fase, os maiores volumes de recursos originários do aumento da produtividade do trabalho e do excedente originado nas relações de intercâmbio internacional, se encontram sob o controle de cada Estado nacional, portanto submetidos a diretrizes econômicas destinadas a observação constante das variáveis agregadas internas. Mas, a intensificação do comércio internacional, que já se apresentava como um processo irreversível à expansão do modo de produção capitalista, tornava cada vez mais dispensável a delimitação dessas fronteiras que mais cedo ou mais tarde se auto-eliminariam por uma necessidade natural.

A intensificação dessas relações de integração econômica realizada entre as nações mais poderosas, propiciou a formalização de vários acordos comuns de livre comércio, com a abolição de barreiras tarifárias e formação de blocos de cooperação mútua, fazendo com que as dimensões desse volumes negociais definitivamente escapassem ao controle interno das economias nacionais.

Um fator preponderante na transformação gradativa das formas de expansão do capitalismo, foi a Segunda Guerra Mundial, conflito devastador que se concentrou no continente europeu e se estendeu ao continente asiático, e que praticamente aniquilou o poderio econômico dos países da Europa além de abalar substancialmente as economias do Japão e da União Soviética.

Esse quadro de destruição em grande escala foi primordial na afirmação da supremacia econômica estadunidense no contexto mundial, se configurando desde então, como o núcleo principal de fomento à expansão do modo de produção capitalista.

A partir de então, se pode observar o que se apresenta como a segunda fase da expansão capitalista, o aprofundamento das relações de comércio internacional, rompendo de vez as barreiras dos Estados nacionais, sendo o controle dos fluxos cada vez maiores de capital submetidos às grandes empresas multinacionais, organizadas na forma de oligopólios, na sua maioria, originárias dos Estados Unidos da América.

O processo de reconstrução do continente europeu foi amplamente subsidiado através do auxílio incondicional dos Estados Unidos, que não mediu esforços no sentido de promover a reativação daquela economia tão indispensável à sua afirmação como líder absoluto na condução da política econômica mundial. Neste sentido, Celso Furtado (1976,p. 74) argumenta:

Estabelecido o princípio básico de unificação crescente do espaço econômico dentro do sistema capitalista, foi possível aos americanos apoiar ampla e generosamente a reconstrução das antigas economias rivais. Também apoiaram com entusiasmo os distintos projetos de uniões aduaneiras, zonas de livre comércio e mercados comuns, conscientes de que se tratava de etapas na destruição dos resquícios dos antigos “projetos nacionais”. Aspecto difícil desse trabalho de limpeza de terreno, que provocaria ocasionais fricções, foi o desmantelamento das velhas estruturas coloniais. Desta forma, os sistemas nacionais, marcos delimitadores do processo de industrialização na fase anterior, foram perdendo os seus contornos. Criou-se uma situação similar à que prevalecera quando a Inglaterra era o centro do sistema capitalista. Da mesma forma que o antigo empresário inglês, que financiava o seu projeto na City, se sentia livre para localizar sua atividade em qualquer parte do mundo, a filial *internacional* de uma empresa americana, que opera legalmente do Luxemburgo ou da Suíça, também se sente livre para iniciar ou ampliar atividades neste ou naquele país, em função de seus próprios objetivos de expansão. A diferença com o antigo modelo inglês está em que o empresário individual foi substituído pela *grande empresa*.

O comércio internacional, portanto, engendrado pelo dinamismo expansionista de atuação da grande empresa, se caracteriza como a nova forma de atuação capitalista. É a abertura para o exterior que permite a obtenção de um rápido crescimento com um mínimo de tensões estruturais, isto é, permite conciliar a aceleração da acumulação com a reprodução da estrutura social existente. Assim o fator mais importante na conformação atual do modo de produção capitalista é

o processo de unificação do espaço econômico, ou seja, o processo de integração crescente dos sistemas econômicos nacionais.

Um aspecto de suma importância a ser observado, como sugere Celso Furtado (1976), é que as fronteiras desses antigos sistemas econômicos nacionais vão desaparecendo sem que o perfil do novo sistema global se apresente definido com clareza. As grandes empresas, cujo poder cresce vertiginosamente dentro das novas estruturas, ainda não possuem um estatuto definido. Os recursos líquidos de que dispõem essas grandes empresas, são muito superiores às reservas de todos os bancos centrais do mundo capitalista, tendo os recursos que transitam pelo mercado financeiro internacional e que escapam ao controle de quaisquer autoridade monetária, atingido a soma de centenas de bilhões de dólares.

Dentro do quadro institucional atual, os governos não têm a possibilidade de coordenar a ação que todo um conjunto de poderosos agentes exerce no sistema capitalista; se alguma forma de coordenação existe, ela se realiza no quadro dos oligopólios e dos conglomerados financeiros, dentro dos quais a presença dos governos se manifesta através da pressão que ocasionalmente exercem sobre este ou aquele agente econômico.

Paralelamente a essas novas formas de estruturação do modo de produção capitalista, aparecem as novas formas de instabilidade. A crise cíclica clássica tinha sua origem dentro de uma economia dominante e seu foco inicial propagava-se em âmbito internacional. Tal situação pode ser ilustrada pelos problemas gerados na economia dos Estados Unidos no início do século XX, quando um forte crescimento da produtividade foi essencialmente direcionado para a ampliação do excedente, cuja aplicação deu origem a uma onda crescente de atividades especulativas.

O problema central consistia na perceptível insuficiência de mecanismos de coordenação em nível nacional, que foram sanadas em seguida, pelas formas de coordenação macroeconômicas focadas em políticas de rendas, preconizadas pela teoria Keynesiana.

A situação que se estende desde o último quarto do século XX, se apresenta de maneira diferenciada, ou seja, os focos de instabilidade surgem a partir da nova dimensão nacional do sistema capitalista. Como essa dimensão cresceu consideravelmente de meados do século XX até os dias de hoje, sem que se haja feito progressos no sentido de submetê-la a qualquer forma de fiscalização ou controle, os processos desestabilizadores vêm aumentando sensivelmente sem que se possa medir suas conseqüências.

Para Celso Furtado (1976), o que se apresenta como evidente no atual contexto econômico mundial com relação aos países subdesenvolvidos são as conseqüências do atraso no processo de acumulação; pode-se creditar esse problema ao não engajamento decisivo no processo de desenvolvimento das forças produtivas, obviamente pelo desinteresse da classe dominante desses países, cujo objetivo principal é moldar-se aos padrões de consumo das sociedades desenvolvidas.

Muitas foram as transformações ocorridas no modo de produção capitalista desde a sua afirmação como modelo “ideal” de desenvolvimento econômico até a atual conjuntura, mas um aspecto básico importantíssimo desse complexo processo permanece quase que intacto nesse ciclo: a diferença qualitativa entre o capitalismo central e o capitalismo periférico.

No primeiro caso, as preocupações relativas ao crescimento econômico foram sempre focadas na industrialização, no caso dos países mais ricos, e no incremento da produção agrícola pela utilização de tecnologia de ponta. No segundo, o que se constata, são formas de modernização dos padrões de consumo de uma minoria privilegiada, cuja condição é explicada pela apropriação do excedente, como aponta Celso Furtado (1976,p. 92):

O capitalismo central compreende toda uma constelação de economias que apresentam disparidades consideráveis: há países grandes e dominantes, como os Estados Unidos, e pequenos com considerável autonomia, como a Suíça e a Suécia, grandes e dependentes como o Canadá. Mas, em todos, o crescimento econômico se apoiou desde o século passado, numa forte acumulação de capital, o que significa que desde essa época buscaram o caminho da industrialização e/ou de uma forte tecnificação da agricultura, sem o que não teriam alcançado o nível de desenvolvimento das forças produtivas que os caracteriza presentemente. O capitalismo periférico compreende uma constelação com disparidades ainda maiores. Mas todos os seus membros têm em comum certos traços estruturais que decorrem do fato de que passaram por um processo de *modernização* das formas de consumo de uma parte da população antes de engajar-se decididamente no processo de desenvolvimento das forças produtivas. Trata-se, portanto, menos de um problema de nível de desenvolvimento do que de diferença qualitativa no processo de desenvolvimento.

Com respeito ao exposto, cabe enfatizar que, nos países periféricos, os interesses industriais dentro da classe dominante, se intensificam paralelamente à ampliação da ação do Estado como agente econômico, sendo o principal instrumento de captação de recursos financeiros, controlando diretamente empresas de grande porte, se afirmando como principal poder regulador, com pretensões de ser o único representante dos interesses públicos nessas sociedades cuja grande maioria da população não se acha representada no sistema político que é constituído maciçamente por grupos oriundos da classe dominante e a serviço da mesma, fator que aprofunda ainda mais o distanciamento dos extremos da estratificação social.

Enfim, suas responsabilidades diretas no plano econômico exercem peso muito maior do que aquelas constatadas quanto ao papel do Estado nos países centrais, ao longo de todo esse processo.

Um problema estrutural já mencionado, que efetivamente abala e preocupa a hegemonia dos países centrais desde meados do século XX – em particular os Estados Unidos – dentro do capitalismo, via inserção transnacional da grande empresa, é a crescente dependência dos mesmos com respeito aos recursos não renováveis oriundos da periferia, como por exemplo o

petróleo abundante no Oriente Médio. Mas esta dependência não se reduz ao caso do petróleo. Segundo estimativas do próprio governo dos Estados Unidos, a dependência com respeito a fontes externas cresce de forma substancial no que se refere aos produtos de origem mineral; o que mais preocupa aquele governo são as previsões para os próximos anos, nada animadoras.

Todos esses aspectos que englobam essa carência progressiva de recursos naturais por parte do centro do sistema capitalista, vêm causando certas modificações na relação centro-periferia, reflexo da importância crescente nesse sistema dos recursos primários – não-renováveis e mão-de-obra – de que dispõe a periferia.

Em favor dessa última, Celso Furtado (1976,p. 110) arrisca prever: “a defesa de um recurso como a mão-de-obra, mediante acordos internacionais entre países periféricos que assegurem um mínimo de remuneração (incluindo impostos locais) paga aos trabalhadores empregados nas indústrias de exportações sob controle das empresas transnacionais, é objetivo longínquo. Mas pouca dúvida pode haver de que é nessa direção que se perfila a evolução das relações centro-periferia”. A viabilidade dessa afirmativa depende necessariamente de vontade e ação política no sentido de um projeto nacional de combate ao subdesenvolvimento.

Celso Furtado (1976) defende a idéia de que somente as formas coletivas de consumo podem efetivamente reduzir o auto coeficiente de desperdício empreendido pelas classes dominantes do sistema capitalista como um todo. A colocação do problema da orientação do desenvolvimento muito provavelmente levará, nos países centrais, a uma confrontação do Estado com a hegemonia das grandes empresas, no sentido da redução em termos relativos da renda disponível para o consumo privado. Ocorre necessariamente, uma tendência referente a uma melhoria na distribuição da renda, com redução do poder das grandes empresas sobre as atividades inovadoras diretamente ligadas às transformações dos padrões de consumo.

Dentro dessa lógica, percebe-se no centro do sistema capitalista – com referência às tensões estruturais – uma valorização maior dos aspectos sociais em detrimento dos critérios econômicos, ou seja, uma inversão de papéis. Fator que, com o aprimoramento de ordem político-econômica com vistas a redução das disparidades sociais nas economias periféricas por elas mesmas, pode também ocorrer, porém de forma gradativa. Não significa dizer, obviamente, que a era das disparidades entre o centro e a periferia e unicamente nos países periféricos está chegando ao fim, mas é perceptível uma tendência convergente quanto a uma nova concepção de desenvolvimento que implica em um novo projeto de civilização.

O principal aspecto dificultador da tentativa de redução dessas disparidades é o nível de complexidade que atingiu a inserção da grande empresa no comércio internacional. Tal é essa hegemonia e tamanha é a falta de controle do Estado nessa relação que, as atividades dessas empresas organizadas no campo da produção em um espaço que compreende vários países, são atualmente denominadas *atividades transnacionais*, e que expandiram-se muito mais rapidamente que as relações econômicas internacionais de tipo tradicional.

Apesar de todas as dificuldades conhecidas, previsíveis e imprevisíveis, a necessidade de modificação das *regras do jogo* urge. A evolução estrutural recente do sistema capitalista vem demonstrando que a situação presente é qualitativamente diferente pelo surgimento de elementos – ligados a essa evolução – que estão levando a uma modificação na relação de forças, sendo atualmente, a periferia o fator de importância maior na dinâmica do conjunto do sistema.

Três aspectos, já aqui abordados, contaram de forma significativa nessa evolução: o desmantelamento das velhas estruturas coloniais; a importância crescente dos recursos não renováveis da periferia e, por último, a evolução política interna ocorrida nos países periféricos. A formação de blocos de cooperação econômica como o MERCOSUL é outro aspecto importante no fortalecimento das economias periféricas.

Nos países centrais também se pode observar indícios no sentido nessa nova ordem econômica atual. Eles disputam uma maior participação nos centros de controle da economia internacional visando a redução das ondas intermitentes de instabilidades constantemente detectadas nas relações *transnacionais* batendo diretamente contra os interesses da absoluta hegemonia norte-americana, em gradativo declínio observado nas últimas duas décadas. No entanto, é importante ressaltar que, nesse caso, o que se pode constituir é um regime de co-responsabilidade entre as grandes potências capitalistas, fazendo voltar à estaca zero a posição débil dos países periféricos no quadro econômico mundial.

A carência de informações relativas ao comportamento econômico dos países latino-americanos é absolutamente assustadora ao longo da sua história recente. Celso Furtado (1976), relata as enormes dificuldades encontradas por um grupo de economistas desses países – no qual estava incluído – quando foi preparado o primeiro Estudo Econômico da América Latina (1949), ocasião em que se dispunha apenas de dados incompletos das balanças de pagamentos de uns poucos países da região. Em nenhum deles existia algo que se pudesse chamar com exatidão de contas nacionais, e menos ainda indicadores das tendências a médio e longo prazos dos principais setores da atividade econômica.

Anos mais tarde, no início da década de 60, quando chegou à Venezuela, interessado em estudar as amplas transformações que então começavam naquele país pela sua condição privilegiada de maior produtor de petróleo da América do Sul, inexistiam os indicadores mais elementares do comportamento global da economia. É impossível negar que esse atraso em termos de uma organização básica de dados relativos aos aspectos econômicos de um conjunto de países subdesenvolvidos que constituem todo um continente, venha a denotar a total ausência de análises e estudos com o propósito único de formulação de uma teoria que tenha por objetivo explicar e tentar solucionar ou amenizar os problemas inerentes a essas economias.

Desde então, a partir dos primeiros estudos realizados, muito avanços nessa perspectiva vêm sendo observados. Em seguida aos primeiros trabalhos teóricos publicados por alguns economistas, sucederam importantes contribuições de sociólogos e cientistas políticos. Mas ainda se está muito longe de uma teoria realmente consistente que contemple a problemática periférica; muitas lacunas requerem a cooperação de vários especialistas para que sejam ao máximo preenchidas.

Na visão desses economistas precursores da iniciativa teórica da economia latino-americana, é imprescindível o aprofundamento do conhecimento histórico da região como fator preponderante de lastro para essas postulações. Convém ressaltar que a matriz institucional que continua a ordenar a vida social regional tem raízes profundas na história local, bem como na história dos povos conquistadores e colonizadores.

Assim, as amplas discussões realizadas em torno desses postulados, convergem na tentativa da construção de uma doutrina coerente, que sirva de base a uma política que tenha por objetivos mínimos modificar a tendência a concentração da renda, proteger as personalidades nacionais com um perfil cultural próprio e assegurar que os frutos do trabalho sejam repartidos de forma cada vez mais equitativa entre os países que participam das atividades inter e transnacionais. Os pontos indicados a seguir constituem uma agenda mínima, elaborada por Celso Furtado (1976,p. 119), inspirada nessa doutrina, a saber:

1. Necessidade de reformulação da estrutura supervisora das atividades inter e transnacionais;
2. Necessidade de elevar o valor do trabalho na Periferia;
3. Necessidade de colocar a criação de liquidez internacional a serviço dos problemas mais prementes da humanidade;
4. Necessidade de desconcentrar o sistema industrial em benefício da periferia;
5. Necessidade de modificar o estilo de desenvolvimento.

Todos os pontos acima enumerados, serão especificados, dentro da ordem sugerida, de forma a facilitar o entendimento do conteúdo ideológico proposto por Celso Furtado (1976), como segue:

1. *Necessidade de reformulação da estrutura supervisora das atividades inter e transnacionais.* A atual estrutura do sistema capitalista é totalmente tutelada pelos Estados Unidos. Os países periféricos, na sua esmagadora maioria, encontram-se incapacitados técnica e financeiramente para controlar e utilizar o fluxo de informações inerentes ao processo de decisões internacionais. Faz-se necessária uma ampla articulação desses países em instâncias mediadoras que permitam colocar problemas e definir objetivos comuns a certas áreas e a certas especialidades para que, em momentos de confrontação com os países centrais, surjam grupos significativos de peso, com a plena noção de sua representatividade, que possam tomar decisões e, ainda, principalmente ter o poder de veto, sempre que os problemas de ordem fundamental estiverem na pauta de negociação. Este ponto é controverso, visto que a realidade encontrada, nos dias de hoje, é inversa, porém está colocada como necessidade.

2. *Necessidade de elevar o valor do trabalho na periferia.* Com a expansão do capitalismo em escala global, via a enorme abrangência da grande empresa, é relativamente comum um mesmo produto ser fabricado de forma idêntica tanto nos países centrais quanto nos periféricos. O valor do trabalho varia de país para país em função da dotação média de capital por pessoa ocupada. Como a acumulação capitalista se concentra no centro do sistema, a remuneração real do trabalhador sofre grandes variações, fazendo com que, por exemplo, na fabricação desse mesmo produto, utilizando-se a mesma

técnica, um trabalhador do país periférico pode ganhar menos de um décimo do que ganha um trabalhador do centro. Em uma ordem econômica mundial que pretenda eliminar a exploração de um povo por outro, o parâmetro para determinar o preço de oferta nos mercados internacionais de um certo produto, deveria ser o valor médio da mão-de-obra no conjunto do sistema formado por países produtores e consumidores do produto em questão. Obviamente, tal sugestão exigiria um poder de barganha, por parte dos países periféricos, muito longe de ser atingido, dada a supremacia mantida pelo sistema em favor dos países centrais. Não se trata, portanto, de uma redistribuição de renda, no sentido de transferir para os países pobres recursos que constituem o fruto do trabalho obtido nos países ricos; mas sim, de fazer referência ao trabalho que se incorpora aos produtos que circulam internacionalmente, ao qual caberia reconhecer um valor correspondente à produtividade média das economias que participam dessas transações. Na medida em que aumente essa produtividade, o parâmetro utilizado para medir o valor do trabalho teria de elevar-se. A idéia é tentar disciplinar as flutuações dos preços, sem necessariamente torna-los rígidos.

3. Necessidade de colocar a criação de liquidez internacional a serviço da solução dos problemas mais prementes da humanidade. A ordem econômica atual, tem como seu principal desconforto, o privilégio norte-americano na criação de liquidez em nível internacional, via capital industrial e financeiro, que ocorre entre os países do centro, acumuladores de grandes reservas de dólares em seus bancos centrais. O que se pretende é disciplinar essa criação de liquidez internacional, reduzindo os focos de instabilidade pelo controle da ação de especuladores, orientando a liberação de recursos que fomenta essa criação de meios de pagamento, no sentido da solução dos problemas relativos aos povos de maior pobreza do planeta, a grande maioria.

4. *Necessidade de desconcentrar o sistema industrial em benefício da periferia.* Este ponto bate diretamente na questão dos recursos não renováveis e da mão-de-obra barata, abundantes nos países pobres, que preocupam sobremaneira os países desenvolvidos. Uma desconcentração da atividade industrial na direção dos países pobres, poderia certamente modificar sensivelmente o perfil atual da estrutura de dominação existente, ou seja, além de redimensionar o aproveitamento da mão-de-obra abundante na periferia também reduziria a pressão sobre os recursos não renováveis. Mas essa desconcentração deve ser concebida como parte de uma política global, que também tenha em conta a necessidade de valorizar essa mão-de-obra barata da periferia. Na hipótese da confirmação dessa valorização, não como elevação da taxa de salário de um grupo reduzido de trabalhadores e sim como a apropriação pela coletividade de maior parcela do excedente criado pelas atividades transnacionais, a desconcentração industrial constituirá fator decisivo para reduzir as disparidades sociais em nível internacional, trazendo, inclusive, benefícios reais aos países desenvolvidos. Este ponto, talvez seja o que melhor evidencia o caráter utópico dessa discussão. Mas a utopia não pode jamais ser desconsiderada pelo economista no exercício de sua profissão.

5. *Necessidade de modificar o estilo de desenvolvimento.* Este aspecto engloba todos os anteriores e mais, propõe profundas modificações nas formas de apropriação do excedente engendrado pelas forças produtivas. Por tudo que foi analisado e discutido, se pode ter a certeza de que o estilo de vida que prevalece no centro do sistema capitalista não está ao alcance dos povos da periferia e esta não será jamais uma reprodução do centro. As tendências da atual “ordem econômica” mundial operam implacavelmente no sentido da agravamento das desigualdades sociais nos países periféricos. A conscientização geral no sentido de que o descomunal desperdício de recursos escassos que traz consigo a

reprodução das formas de vida do centro pelas minorias privilegiadas da periferia, constitui uma das principais causas da mobilização que se está realizando em favor da instituição da nova ordem econômica mundial. Portanto, antes de pretender racionalizar a produção é preciso elaborar uma forte planificação do consumo, visando a redução da estratificação social nos países pobres, modificando efetivamente o estilo de desenvolvimento. Para isso, é necessário enfatizar a importância da organização desses países no sentido de um fortalecimento quanto aos interesses gerais colocados em jogo no mercado internacional. As pressões das forças externas contra qualquer tentativa de modificação do atual sistema, que não seja oriunda e avalizada pelos países centrais, certamente tentarão frustrar essa evolução na relação centro-periferia, cujo êxito depende em muito maior grau dos esforços dos países periféricos.

CAPÍTULO 3

Expectativas em torno do papel do economista

3.1 Uma breve abordagem do contexto sócio-econômico

A situação econômica mundial apresenta atualmente tantas irregularidades e distorções que não é de se espantar que, o economista recém-formado, ávido por colocar em prática todo o conteúdo conceitual a que teve acesso ao longo da sua vida acadêmica, ao se deparar com a crua realidade social na qual está inserido, venha a se sentir incapaz de enfrentá-la.

Essa sensação de incapacidade tende a se agravar ainda mais se, a mencionada realidade social for a de uma economia subdesenvolvida, semi-industrializada, com insuficiência crônica de capacidade para importar e com excedente estrutural de mão-de-obra, como a brasileira; certamente esse economista, condicionado à observação do mundo real de uma forma simplificada, irá enfrentar tamanha complexidade com muito mais dúvidas do que certezas. Isso por uma razão até certo ponto simples e incontestável: a insuficiência de um corpo de teorias elaboradas no sentido de explicar o comportamento das economias subdesenvolvidas.

Qualquer observador da economia brasileira, sem necessariamente se aprofundar em amplas análises de dados, fica perplexo diante da absurda contradição entre o formidável

potencial de recursos do país e o baixo nível de desenvolvimento alcançado por este até o presente.

Para que se possa aprofundar as reflexões em torno da complexidade na qual se encontra submersa a economia brasileira, cabe abordar de forma sintética os principais elementos que constituem essa problemática.

Na observação da extensa obra de Celso Furtado, cujo objetivo principal é captar o complexo em detrimento das simplificações buscando o entendimento do fenômeno do subdesenvolvimento, sempre que o foco de discussão está voltado para a economia brasileira, é notável a sua preocupação com duas tendências estruturais: a propensão ao endividamento externo e a propensão à concentração da renda.

O ponto de partida para explicar essa dinâmica perversa é o comportamento das elites tradicionais, que imitam os padrões de consumo dos países de elevado nível de desenvolvimento. Explicam-se assim a tendência à concentração de renda e a forte propensão a importar. Surge, então, um duplo desequilíbrio, sendo que o primeiro se manifesta como deficiência de capacidade para importar, e o segundo, como insuficiência de poupança interna.

No passado, quando se falava em redistribuição de renda, sempre se argumentava que os pobres, com o crescimento de sua renda, tenderiam a consumir mais e, portanto, a taxa de poupança cairia. Atualmente, é paradoxal que os ricos brasileiros é que têm uma altíssima propensão à consumir. Logo, a renda não se concentra para aumentar a taxa de poupança, e sim para aumentar o consumo dos mais ricos. Nessa ciranda de roda, o abuso do consumo contamina as classes mais pobres, que gastam em produtos nem sempre necessários.

A forte concentração de renda observada na economia brasileira, cuja conseqüência é verificada pela estratificação social, tem sua origem, conforme abordado no capítulo anterior, na apropriação do excedente. Desde então, se pode constatar que, por exemplo, o Brasil hoje

apresenta uma renda muitas vezes superior a verificada naquele período, porém apresenta maiores desigualdades, e os pobres em número muito maior, cada vez mais pobres. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada; logo, o Brasil não se desenvolveu, modernizou-se. O problema da pobreza no Brasil é a seguir ilustrado, segundo fonte pesquisada por Celso Furtado (1999,p. 11):

Em 1999 foi instalada uma comissão mista do Congresso Nacional, formada por deputados e senadores de diversos partidos, para estudar medidas de combate à pobreza. Dados do governo federal, especialmente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), serviram de base para os trabalhos da Comissão. Alguns desses dados merecem ser lembrados, para se avaliar a dimensão do problema. Há no Brasil 53 milhões de pobres – cerca de 34% da população –, que vivem com uma renda insuficiente para atender às suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação e transporte. Nessa massa de pobres há um subconjunto de 22 milhões de indigentes – cerca de 14% da população –, que não têm sequer como comprar os alimentos que lhes garantam o consumo mínimo calórico vital. A pobreza absoluta manteve-se em torno de 34% desde o lançamento do Plano Real em 1994. Nos países de renda per capita semelhante à do Brasil (4.500 dólares) a percentagem de pobres é de cerca de 10% da população total, portanto, menos de um terço da percentagem brasileira. Quanto à desigualdade da renda, entre 92 países estudados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) apenas a África do Sul e o Malawi têm maior concentração do que o Brasil. O déficit habitacional do nosso país é de 10 milhões de moradias.

A pobreza no Brasil, segundo Celso Furtado (1999), pode ser abordada de três ângulos diferentes: 1) a questão da fome endêmica, presente em todo o mundo; 2) a questão da habitação popular, em vários países já solucionada; e 3) a questão da insuficiência de escolaridade, fator preponderante na perpetuação da pobreza.

Quanto à fome, é absurda essa constatação em termos de Brasil. Trata-se de um país exportador de gêneros alimentícios, com um potencial agrícola enorme, onde nunca houve escassez de alimentos. Basta, num primeiro momento, assegurar o acesso a uma cesta básica que supra as necessidades calóricas básicas diárias de que necessita um indivíduo para sobreviver.

A longo prazo, a solução exige mais do que o aumento de oferta de alimentos. Exige a inserção qualificada no sistema produtivo, para o caso das populações urbanas e, a urgência na reforma agrária para a população rural. Ocorre no Brasil, uma situação inusitada: grande disponibilidade de terras cultiváveis, massa trabalhadora desejando voltar ao campo, de onde foi expulsa há pouco, e demanda potencial de produtos agrícolas dentro e fora do país. Trata-se, portanto, de uma situação estrutural que não encontra solução nos mecanismos dos mercados, requerendo uma política com apoio da sociedade.

O problema da habitação é igualmente assombroso. Em alguns países da Europa, a habitação é uma meta social definida pelo governo. Desde meados do século XX, a França vem construindo casas e apartamentos de aluguel reduzido; o déficit habitacional que havia no final da Segunda Guerra foi sanado em pouco mais de dez anos.

Essa política de financiamento é praticamente nula no Brasil. Mas como implementá-la, se os 53 milhões de pobres e miseráveis brasileiros não têm como pagar um aluguel, muito menos como possuir uma moradia? Suprir esse déficit exige um investimento a longo prazo, uma massa de recursos estimada em aproximadamente 4% do produto nacional, dado levantado por Celso Furtado (1999). Daí a importância de aumentar a taxa de poupança interna, para enfrentar o problema dos investimentos reprodutivos e o do atraso na construção civil.

Muitas são as prioridades para o caos social em que se encontra o Brasil. Mas, um amplo programa social deve ser elaborado no sentido da priorização da educação. A educação interfere no tempo, e, melhorando-se a qualidade do fator humano, modifica-se por completo o quadro do país, abrem-se possibilidades de desenvolvimento muito maiores. Em todos os países cujo desenvolvimento se pode constatar, os investimentos em educação foram uma das principais metas. Esse é, sem dúvida, o mais importante investimento a fazer, para que não ocorra somente o crescimento ou a modernização, mas sim o autêntico desenvolvimento.

Um aspecto que sempre deve ser colocado em primeiro grau de importância, quando o assunto a ser tratado é a questão social, nos seus mais variados campos de abrangência, é a vontade política aliada à ação.

Todos os problemas de ordem social, inerentes à realidade brasileira, são puros reflexos da situação econômica de absoluta dependência em relação ao centro do sistema capitalista. O serviço da dívida externa, consome a cada ano, volumes de recursos de tal magnitude que, para serem pagos, exigem que o país contraia mais uma dívida por parte do governo, imobilizando-o completamente, tornando-o absolutamente impotente quanto à consecução de políticas sociais pela evidente escassez de recursos.

É imprescindível, para qualquer governo que não queira se arriscar a enfrentar no curto espaço de tempo, uma situação de ingovernabilidade, a renegociação completa de uma dívida externa dessas proporções, como foi feita em muitos países em outros momentos; para cada caso em particular.

Na avaliação de Celso Furtado (1999), para o caso brasileiro, o primeiro ponto a ser discutido é a diminuição das taxas de juros. Quando se renegocia uma dívida, e foram muitos os casos de renegociação, alongam-se os períodos, baixam-se as taxas de juros e reduz-se a pressão sobre o Tesouro. Assim é possível ter recursos para se retomar os investimentos não-reprodutivos, criar empregos e atender aos problemas sociais mais urgentes.

O que chama a atenção, no que se refere às formas de pensar e agir em prol de uma substancial melhora no quadro econômico catastrófico brasileiro, é o fato de que todos os modelos postos em execução pelos respectivos governos, principalmente no último quarto do século XX, sem exceção, não contemplaram os reais interesses nacionais no que tange a questão do desenvolvimento.

O que se observa, no quadro atual, é a acumulação de uma dívida externa descomunal acompanhada de um endividamento do setor público que acarreta a desordem das finanças do

Estado, enquanto mais de um terço da população sofre de carência alimentar. O processo de globalização interrompeu o avanço na conquista de autonomia para se tomarem decisões estratégicas. Se a tendência do atual governo for dar prosseguimento às diretrizes que vem sendo trilhadas pelas administrações anteriores, buscando a saída fácil do crescente endividamento externo e do setor público interno, o passivo Brasil inchará em poucos anos de forma a absorver a totalidade da riqueza acumulada desde a proclamação da “Independência”.

Que a globalização se configure como a mais atualizada forma de abrangência do modo de produção capitalista, em escala planetária, é ponto pacífico. Porém, a crise que aflige o povo brasileiro não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial.

Celso Furtado (2002), defende a idéia de que, em grande medida a crise é o resultado de um impasse deflagrado na própria estrutura social, em que se reproduz a cultura material do capitalismo mais avançado, privando assim a grande maioria da população dos meios de vida essenciais. Desenha-se então, no país, um quadro de contrafação de uma sociedade de massas em que coexistem formas sofisticadas de consumo supérfluo e carências essenciais no mesmo estrato social, e até na mesma família.

Somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse. Essa vontade coletiva requer, necessariamente, um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes da cultura do povo.

Falar da tentativa de resolução desse impasse, cuja origem advém das entranhas do pré-capitalismo brasileiro, por meio do resgate do gênio cultural brasileiro, pode parecer utopia. Mas uma coisa é certa: não será pelo caminho da lógica ditada pelos interesses de grupos privilegiados que essa situação se solucionará. É de suma importância abrir-se a discussão, como indica Celso Furtado (2002,p. 36):

Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento futuro não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação. Impõe-se formular a política de desenvolvimento com base numa explicitação dos fins substantivos que almejamos alcançar, e não com base na lógica dos meios imposta pelo processo de acumulação comandado pelas empresas transnacionais. A superação do impasse com que nos confrontamos requer que a política de desenvolvimento conduza a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abra espaço à realização das potencialidades de nossa cultura.

Toda a gama de conceitos e modelos a que se tem acesso no trato das questões sócio-econômicas presentes na realidade brasileira, não têm raízes na sua história. Essa verdadeira enxurrada de informações e dados que impregnam a conturbada atmosfera da sociedade local, são elementos inerentes ao processo de globalização, que opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre países. Além disso, subjuga a planos inferiores a cultura dos povos fazendo com que se perca gradativamente a noção de identidade nacional.

O debate sobre as opções que se apresentam exige uma reflexão consciente e corajosa sobre a cultura brasileira. Trata-se de contrastar a lógica dos fins, que rege a cultura, com a lógica dos meios, razão instrumental básica da acumulação puramente econômica.

O Brasil é um país marcado por profundas disparidades sociais aliadas a desigualdades regionais de níveis de desenvolvimento. Essas péssimas características demonstram a condição de fragilidade de uma sociedade subdesenvolvida, diante de um mundo dominado por empresas transnacionais que tiram proveito justamente dessas desigualdades. Sabendo-se do enorme potencial de recursos naturais e da estratificação, consequência das profundas disparidades sociais, torna-se óbvia a constatação, segundo Celso Furtado (1998), de que o Brasil tende a ser um dos países que mais sofrerão com a globalização.

Não se pode, inclusive, descartar o risco de novos deslizamentos para regimes autoritários, ante à perspectiva de fortes tensões sociais crescentes. Portanto, mais do que

nunca, é preciso recuperar a idéia de projeto nacional, resgatando para o mercado interno o centro dinâmico da economia. Em observação de dados estatísticos históricos da sociedade brasileira, Celso Furtado (1998) pode constatar o fato de que nos momentos de crise internacional, em que as atenções governamentais eram voltadas para a ampliação e diversificação do mercado interno, a economia ganhava autonomia dinâmica, retomando o seu crescimento.

Se mudanças estruturais são condição necessária à promoção do desenvolvimento, este dificilmente brotará espontaneamente da interação das forças do mercado. Reforça-se a convicção de que a permanência do subdesenvolvimento se deve à ação de fatores de natureza cultural. Explica-se assim que o desenvolvimento material dos países de economia dependente apresente um custo cultural particularmente grande.

A ausência de importantes elos históricos entre o presente e o passado, refletem a prevalência da lógica da acumulação sobre a coerência do sistema de cultura. Daí, a importância do conceito de identidade cultural, que reforça a idéia de manter com o passado uma relação enriquecedora com o presente. A maior dificuldade será, certamente, reverter o processo de concentração de renda, o que somente será possível mediante uma grande mobilização social.

Para Celso Furtado (1998), quando se trata de identidade cultural, o que se leva em conta é o sistema de valores de uma sociedade, desde os costumes mais simples até a complexidade da língua. Esse é, sem dúvida, o ciclo maior no qual deve se alicerçar a política de desenvolvimento, tanto econômica quanto social.

O objetivo tático é se tentar ganhar autonomia na ordenação das atividades econômicas, visando a redução das desigualdades sociais, assegurando um desenvolvimento que se traduza em enriquecimento da cultura em suas múltiplas dimensões e permita contribuir com criatividade própria para a civilização que se mundializa. Dentro dessa

perspectiva, está a necessidade da preservação da própria identidade no curso da história, dentro do processo civilizatório.

Em síntese, para um país de economia periférica que pretenda superar o subdesenvolvimento no mundo atual, Celso Furtado (1998,pg. 54), destaca certas condições devem ser cumpridas; quais sejam:

- ◆ um grau de autonomia de decisões que limite a drenagem para o exterior do potencial de investimento;

- ◆ estruturas de poder que dificultem a absorção desse potencial pelo processo de reprodução dos padrões de consumo dos países ricos;

- ◆ certo grau de descentralização de decisões empresariais requerido para a adoção de um sistema de incentivos capaz de assegurar o uso do potencial produtivo; e

- ◆ estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração do poder.

Sem recair em sofismas utópicos, conforme dito anteriormente, vale lembrar que o logro desses objetivos pressupõe, evidentemente, o exercício de uma forte vontade política apoiada numa ampla e consistente ação social.

3.2 *Reflexões sobre o curso de ciências econômicas*

Um enfoque do acadêmico

Na abordagem deste tópico, será considerado como objeto único de discussão, o Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC – instituição pública de ensino superior na qual foi desenvolvido o presente estudo – posto que, em nível nacional, os conteúdos curriculares relativos ao mesmo curso nas demais Universidades Federais pouco diferem. Podendo, portanto, serem incluídos nessas reflexões uma vez que de certa forma padronizam, em termos de formação, o economista brasileiro.

Inicialmente, deve-se destacar a necessidade da ruptura com o “mito” da universidade, ainda idealizado pela maioria dos universitários, a partir do pressuposto no qual todo o saber científico produzido no seio de uma sociedade, desenvolvida ou não, surge eminentemente no núcleo universitário, onde se produz e desenvolve todas as teorias e se experimentam todas técnicas e práticas inerentes a todo e qualquer processo de fomento do conhecimento.

Esse pressuposto cairá por terra no momento em que o universitário abrir os olhos à sua realidade acadêmica – principalmente nos países subdesenvolvidos – e notar que a instituição em que tanto sonhara concluir mais uma etapa da sua formação intelectual, surgiu e se mantém para reproduzir a ordem dominante, devido às fortes pressões do sistema produtivo. Poderá então constatar que, nesse contexto, sendo a universidade um meio reprodutor do conhecimento, surge uma lacuna quanto à origem e o fomento do mesmo.

A ordem dominante acima referendada, nada mais é do que o modo de produção capitalista, cujo elemento fundamental de sua manutenção e expansão – conforme mencionado no capítulo anterior – é a inovação, pesquisada, desenvolvida e perseguida

incansavelmente pela grande Empresa, principal meio condutor dessa política de dominação em escala planetária.

Esta afirmativa, preenche a lacuna ora mencionada, uma vez que sendo a grande empresa capitalista o núcleo de desenvolvimento da inovação, é conseqüentemente, o centro produtor e controlador da pesquisa no âmbito mundial, ou seja, o meio no qual tem origem o conhecimento no contexto do capitalismo. Este aspecto é destacado a seguir por Nildo Ouriques (2002, p. 12):

O terceiro obstáculo que estamos convocados a superar é a idealização da universidade que a maioria dos universitários ainda alimentam. De certa maneira, trata-se de romper com o “mito” da universidade que, segundo a feliz expressão de Bonvecchio, confere a instituição o caráter de um “grande templo laico da cultura”, caracterização que, óbvio está, não se assemelha ao ambiente universitário, pelo menos por dupla razão. A primeira porque as pressões da produtividade industrial sobre as universidades são cada vez maiores e, neste contexto, o saber adquirir uma essência funcional ao sistema dominante. A segunda limitação, e que escapa à análise da maioria dos autores europeus é que, em condições neocoloniais, para perseguir a idéia de universidade (o templo laico da cultura, mencionado por Bonvecchio) os universitários deveriam enfrentar de maneira determinada a ordem estabelecida e os ritmos reformistas impulsionados de fora para dentro e de cima para baixo. Em resumo, enfrentar e derrotar o neocolonialismo.

Generalizando: o que ocorre freqüentemente no ambiente acadêmico, é uma frenética rotina de tarefas com as quais se depara o universitário, fazendo com que essas questões vitais e elementares inerentes ao ambiente intelectual no qual está inserido com seus objetivos pré-definidos, passem diante dos seus olhos sem que consiga enxergá-las, caracterizando uma total ausência do senso crítico no que se refere à reflexão sobre o cotidiano da universidade.

Ao iniciar sua vida acadêmica, o estudante de economia se depara com o currículo do Curso de Ciências Econômicas, que engloba toda uma panófila de disciplinas que irá definir as suas diretrizes durante o prazo pré-estabelecido que comporta a sua formação. Sem a mínima capacidade de uma prévia avaliação do que representa todo esse conteúdo, e até que

ponto poderá colocá-lo em prática numa futura carreira profissional, ele segue em frente como quem caminha numa direção incerta.

É notório, também, no que se refere ao senso comum, um certo desconhecimento em torno da função profissional do economista em termos práticos na sociedade. Aos olhos do cidadão comum, a grande maioria dos profissionais liberais possuem uma função bem definida quanto aos seus respectivos campos de atuação. Quando, por exemplo, um estudante ingressa numa universidade com o intuito de cursar a faculdade de Medicina, já o acompanha uma relativa noção prospectiva da sua carreira profissional. Fato que não ocorre com o pretendente ao curso de economia, visto que o mesmo não vislumbra claramente seu horizonte de atuação.

No decorrer do curso, esse estudante de economia, vai acumulando, semestre após semestre, uma imensa gama de informações que englobam, em linhas gerais, desde os conceitos básicos de economia, passando por noções na matéria do direito e da administração, adentrando nos cálculos matemáticos e estatísticos, até mergulhar com certa profundidade nas densas teorias econômicas ortodoxas, que só fazem reproduzir o *status quo* da ordem dominante, tendo ficado ao longo de todo esse tempo, alheio ao acesso à discussão e a um corpo teórico¹ que lhe permitisse ao menos despertar um certo senso crítico no sentido da compreensão do seu papel dentro e fora da própria universidade.

Na reta final dessa longa e dura caminhada, deverá fazer sua opção quanto ao seu campo de atuação profissional, se no setor público ou privado. Por fim, ao concluir seu curso, se deparará com uma difícil realidade, independentemente de qual ramo de atividade haja escolhido. Realidade essa, muito bem interpretada por Celso Furtado (2002,p. 69):

É da alçada dos economistas a análise dos grandes desequilíbrios que estão na raiz dos graves problemas do mundo contemporâneo. O jovem aplicado que criteriosamente fez o seu curso de economia, entre nós, terá conseguido um razoável conhecimento das múltiplas dependências dessa mansão senhorial que é a teoria dos preços. Estará em condições de dissertar sobre a teoria do

comportamento do consumidor e do equilíbrio da firma. Terá dado múltiplas voltas em torno das teorias monetárias. Conhecerá muitas doutrinas sobre o ciclo econômico, mesmo se, no fundo, estiver convencido de que todas elas dizem a mesma coisa. Finalmente, haverá lido de forma assistemática muito material sobre desenvolvimento econômico, conquanto nem sempre tenha encontrado conexão clara entre essas leituras e a realidade. Ao enfrentar-se com o mundo real, esse economista provavelmente se sentirá frustrado ao extremo. Se for trabalhar numa empresa privada, logo se dará conta de que a análise marginal não possui qualquer alcance prático. Em pouco tempo perceberá que é muito mais importante compreender as limitações de natureza administrativa e as controvérsias de tipo fiscal do que conhecer a especulação teórica. A desorientação será ainda maior se o economista for convocado para o setor estatal.

Ao mencionar, na última frase da citação anterior, as dificuldades a serem enfrentadas pelo economista diante da perspectiva de uma possível atuação no setor público, o autor se apóia no dilema da ausência de teorias elaboradas no sentido do entendimento do fenômeno sócio-econômico chamado subdesenvolvimento, característico dos países periféricos do sistema capitalista.

Em todos os seus estudos a respeito das economias subdesenvolvidas, mais especificamente a brasileira, Celso Furtado (1984) enfatiza sempre a importância de fontes históricas e culturais como seu principal objeto de pesquisa, por proporcionarem uma ampla visão do conjunto de processos inerentes à complexidade social. O que prevalece atualmente nas ciências sociais, é uma tendência à especialização e ao tecnicismo, amarrando-as a esquemas formais de interpretação. Isso limita absurdamente o uso da imaginação na tentativa de resolução dos problemas que se multiplicam muito rapidamente nas sociedades.

O interesse de Celso Furtado pela historicidade é manifestado freqüentemente em suas obras, sendo que em algumas esta característica é fortemente detectada, como em *Formação Econômica do Brasil*, considerada no meio acadêmico – em nível internacional – como o mais criterioso e importante estudo já realizado sobre a economia brasileira.

O simples fato do freqüente uso por parte de Celso Furtado, dos aspectos históricos e culturais de uma sociedade como a brasileira, na elaboração de seus estudos e consecução de

seus postulados, denota claramente sua postura crítica em relação ao tecnicismo e as simplificações constantes dos manuais de economia que abundam nas bibliotecas e salas de aula das universidades.

Vale ressaltar que, apesar de sua contundente crítica em relação as teorias econômicas nas quais se sustenta o modo de produção capitalista em seu constante processo de reafirmação, Celso Furtado, em momento algum, evidencia qualquer possibilidade de ruptura com o sistema. Deixa claro, sim, sua crença no aprimoramento do mesmo em termos de um melhor aproveitamento e compartilhamento das riquezas por ele engendradas.

Mas, seu credo pode ser considerado utópico. Como imaginar tal possibilidade num sistema de produção no qual o homem e a natureza se constituem como sua principal fonte de energia a ser queimada para seu funcionamento?

Talvez, Celso Furtado, por tanto ter pesquisado, analisado e mergulhado profundamente no estudo desse sistema avassalador e, ao longo dessa jornada, ter se deparado com tantos outros abnegados cientistas sociais que se empenharam ardorosamente no combate em oposição ao mesmo sem sucesso, tenha se convencido de que somente através do conhecimento das suas formas de expansão e agindo de forma estratégica dentro dele, se possa obter bons resultados em termos de transformação dessa dinâmica em prol da humanidade. Portanto, torna-se necessário a fuga do consenso que impera nos meios intelectuais e políticos, buscando persistentemente o exercício da crítica.

Muitas são as linhas teóricas que podem auxiliar o estudante do curso de economia no exercício do seu senso crítico. Infelizmente, essa possibilidade é praticamente nula na academia, já que toda a estrutura dos sistemas universitários está direcionada para a manutenção da ordem dominante de forma consensual através dos currículos disciplinares e do corpo docente que os aprova.

Daí, a importância da realização de trabalhos de pesquisa como este que se apresenta. Mas não somente como objeto de conclusão do curso como de praxe, e sim como uma prática que deveria ser uma constante ao longo do mesmo. Só assim se pode ter acesso a estudos que abordem outros ângulos de visão que auxiliem na compreensão do que venha a ser na realidade a ciência econômica e a sua finalidade na sociedade.

O debate em torno da definição da economia, em termos de significado, e a sua função no contexto político-social, é fator preponderante no encaminhamento das formulações que envolvem a montagem de uma estrutura disciplinar para o curso de ciências econômicas.

Para tanto, apresentam-se algumas contribuições importantes em torno desse conceito, objetivando agregar elementos que venham de encontro à visão crítica de Celso Furtado de que a economia deve ser considerada como uma ciência social. Porém, apesar de igualmente críticos ao sistema em voga, alguns importantes autores assumem postura diferenciada em relação ao mesmo – conflitando com a concepção de Celso Furtado –, propondo veementemente a ruptura total por desconsiderarem qualquer possibilidade de modificação estrutural do sistema no que se refere a uma reorientação no sentido da sua humanização.

A discussão é aberta a partir da visão de dois autores – cuja concepção ideológica se alinha com a mencionada no fim do parágrafo anterior – de reconhecida competência e comprometimento com o assunto em questão: Hugo Assmann e Franz J. Hinkelammert. Para eles, o que ocorre, na realidade, em termos teóricos na economia, ante à afirmação da ideologia neoliberal mantenedora do capitalismo, é “o ocultamento dos pressupostos”¹ – que são as questões fundamentais da existência humana – os quais não são sequer mencionados no conjunto da matéria econômica; não por acaso. Nessa ótica, os interesses coletivos sucumbem diante dos interesses individuais.

¹ ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado*, Cap.II-p.114, Editora Vozes, São Paulo, 1989.

Segundo Hugo Assmann (1989,p. 116) “as propostas econômicas do neoliberalismo vêm acompanhadas de uma gigantesca operação adoutrinadora que, incluindo um forte uso dos meios de comunicação, visa a consolidar um conservadorismo de massas...também nesse assunto, porém, o próprio estudo das implementações práticas dessa indústria do consenso remete aos princípios doutrinários dos quais essa indústria se nutre”.

A grande maioria dos economistas, quando inquiridos quanto à questão social dos pressupostos, os quais não se encontram contemplados no quadro teórico econômico atual, se defendem com argumentos superficiais, alegando simplesmente que essas questões não constam nos mapas das suas teorias por não se tratarem de questões tipicamente econômicas, que nem sequer podem ser expressas em variáveis. Esta é uma observação que torna clara a existência de uma *blindagem* da teoria econômica quanto à sua indiferença com relação às principais questões de ordem social, conforme evidencia Hugo Assmann (1989, p.121):

Chegamos, assim, a uma estranha constatação: de acordo com esse primeiro sentido da resposta do economista, nenhum problema da vida real deve ser considerado pressuposto interno da teoria econômica, já que é algo que está excluído metodologicamente do seu objeto, circunscrito a variáveis econômicas e nada mais. Quais são, então, os pressupostos, se não os constituem os problemas da vida real? Um economista perspicaz terá imediatamente o que responder: os pressupostos de uma teoria jamais devem ser buscados fora dela; uma teoria tem os seus pressupostos unicamente nas peças conceptuais que integram a estrutura interna dessa teoria. É assim que as mais exóticas teorias conseguem blindar-se contra qualquer cobrança, seja de relevância para, seja de compromisso com os desafios cruciais da história humana.

A partir dessa importante observação, se pode citar como uma forma clássica de abstenção do economista quanto à complexidade da vida real, o freqüente uso da expressão *ceteris paribus*, em que se supõe que tudo fique igual no mundo real, valendo exclusivamente as variáveis econômicas, não se julgando a situação real dos problemas do mundo.

Assim, a economia se isenta das suas responsabilidades sociais, se evadindo da esfera moral e política, autovalidando os seus próprios pressupostos baseados em modelos abstratos totalmente alheios a realidade vivida nas sociedades.

Dentro dessa ótica, Hugo Assmann e Franz J. Hinkelammert (1989) apresentam importantes evidências que apontam no sentido da congruência entre a economia e a teologia, como meio intencionalmente utilizado no processo de inserção e consequente massificação da ideologia neoliberal, cujo pressuposto básico é a *naturalidade* com a qual devem ser acatadas as leis do mercado.

Essa questão é amplamente abordada por Assmann e Hinkelammert (1989), trazendo à tona aspectos fundamentais que ajudam no entendimento do porquê o pensamento econômico burguês se instalou e ainda se mantém tão firme como base sustentável do capitalismo. Para ilustrar tal observação, será brevemente analisado o quanto de teologia contém o que os autores chamam de *paradigma articulador* do pensamento econômico burguês, ou seja, *o interesse próprio como a melhor forma econômica de amor ao próximo*. Este paradigma articulador – o interesse próprio – em conjunto com o jogo da competitividade e as leis do mercado, se constituem como os mecanismos econômicos “*espontâneos*” que sustentam a idéia da “racionalidade econômica” que trabalha exclusivamente com variáveis econômicas, caracterizando-se como um veto ideológico às metas sociais.

O que é intencionado nessa forma obscura de massificação da lógica burguesa de pensar, é a promessa de *eficiência social*, cuja idéia central parte do seguinte princípio: o apoio pleno ao interesse próprio gera o mais rápido crescimento econômico, engendrando um aumento da riqueza; quanto mais riqueza e mais crescimento, mais rápido o desenvolvimento; logo, mais bem estar para todos pelo aumento da riqueza global.

Esta é uma observação que evidencia, segundo Assmann e Hinkelammert (1989), a versão econômica do *evangelho* do amor ao próximo, onde a apologia ao interesse individual terá como consequência *natural*, o bem comum da coletividade.

Somente a partir de tais reflexões acerca dessas formas veladas de exposição dos principais ensinamentos do neoliberalismo, se pode começar a entender certos termos e expressões utilizadas por seus interlocutores nas suas várias teorias. O exemplo mais clássico que evidencia esse aspecto é a obra de Adam Smith – A Riqueza das Nações – cuja publicação coincidiu com a Revolução Industrial e satisfazia aos interesses econômicos da burguesia inglesa. Nela Smith exalta o individualismo, considerando que os interesses individuais *livremente* desenvolvidos seriam harmonizados por uma “*mão invisível*” reguladora *natural* do mercado e resultariam no bem-estar coletivo.

Todo o conjunto de teorias que constituem o moderno pensamento burguês acerca da economia, constituem, segundo Assmann e Hinkelammert (1989,p. 173) a *religião econômica*, onde “o pensamento econômico é, em última instância, uma tomada de posição, teórica e prática, acerca das formas viáveis e dos caminhos possíveis para fazer o bem a seus semelhantes. Talvez seja esta a questão teológica mais grávida de implicações concretamente históricas, no que se refere ao entrelaçamento da economia com a teologia”.

Pode-se identificar nitidamente, após uma investigação mais aprofundada, que a economia é, em última análise, uma espécie de metodologia científica cuja finalidade principal é tornar invisível os mecanismos de manutenção do sistema dominante, ocultando de todas as formas os pressupostos básicos que permeiam a vida real, ou seja, as mais primárias das necessidades humanas.

É muito interessante a intervenção de Arend Th. Van Leeuwen quanto ao conceito de economia: “é uma gigantesca operação de ocultamento do pressuposto de que o único ator, ao qual se atribuem todas as potencialidades produtivas, é um agente invisibilizado, que

incorporou tudo a si, como uma substância que se move a si mesma, como um valor que se autovaloriza numa completa desconsideração de todo o resto: o Capital”.²

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Rosa Luxemburgo define a economia como sendo o próprio capitalismo, brotando das entranhas do capitalismo, vindo à luz juntamente com o capitalismo, conforme sua citação:

Si ahora comprendemos por qué la economía se originó hace apenas siglo y medio, también podemos reconstruir su suerte posterior. Si la economía es una ciencia que estudia las leyes peculiares al modo capitalista de producción, la razón de su existencia y su función están ligadas a su tiempo de vida; la economía perderá su fundamento apenas haya dejado de existir ese modo de producción. En otras palabras, la ciencia de la economía habrá cumplido su misión apenas la economía anárquica del capitalismo haya desaparecido para dar paso a un orden económico planificado y organizado, dirigido sistemáticamente por todas las fuerzas laborales de la humanidad. La victoria de la clase obrera moderna y la realización del socialismo será el fin de la economía como ciencia. Aquí vemos el vínculo especial que existe entre la economía y la lucha de clase del proletariado moderno.³

Mesmo entre os economistas adeptos e integrantes da escola liberal – como o próprio Celso Furtado –, várias críticas foram formuladas quanto às contundentes sofisticações retóricas constantes nesse corpo teórico, que confundiam suas próprias interpretações. Em caráter de ilustração, verifica-se uma das citações de Galbraith:

A economia tornou-se um conjunto de constructos que servem para evitar que o cidadão e o estudante possam dar-se conta de como de fato são governados... só a inclusão do conceito de poder pode curar algo das enfermidades da ciência econômica... a economia ortodoxa tornou-se um assunto de fé e, *ipso facto*, imunizado diante das críticas...⁴

Com respeito a esta e outras várias críticas externadas, como já aludido, por vários autores que seguem esta doutrina, e dentro dela exercem com total liberdade seu direito de

² VAN LEEUWEN, Arend Th., *De Nacht van het Kapitaal*. Nijmegen, SUN, 1984.

³ LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*, Editorial Pluma, Bogotá, 1976.

zelar pelo seu próprio interesse, surgem interrogações – quanto à manutenção da ordem dominante diante de tal volume de inquietações – levantadas e parcialmente respondidas por Hugo Ausmann (1989,p. 131):

Antes de prosseguir com outros exemplos de crítica, façamos uma pequena pausa para perceber melhor de que se está falando. Pois de muita coisa difusa, ao mesmo tempo. Em muitos casos nem sequer fica claro a que nível de pressupostos os autores se estão referindo; em outros, sim. Não seria de todo saudável deixar-se embalar, ao som de semelhantes frases, numa espécie de animosidade crítica predominantemente emocional. Avisamos que esta não é, de modo algum, a intenção que nos levou a registrar esse tipo de críticas. O motivo, ao invés, foi o seguinte: primeiro, deixar-nos com a pergunta por que, apesar da abundância e virulência de críticas desse tipo, o sistema teórico ao qual se referem continua gozando, academicamente, de boa saúde, sem ver seu prestígio golpeado de morte; segundo, fazer-nos meditar por que todos esses críticos, sem nenhuma exceção, embora com assentimento diversificado, se mantiveram como passageiros de um barco que estaria fazendo água por todos os lados. Podemos suspeitar, portanto, que o que está sendo criticado são as imperfeições de um sistema teórico, e não a validade dos aspectos centrais do sistema. Não há um rechaço total a esse sistema teórico. Criticam-se apenas alguns de seus vícios mais recorrentes, embora se tenha a impressão, em dados momentos, de que os críticos já desembarcaram definitivamente do mesmo.

A citação anterior vem trazer à luz uma questão primordial – quase que um divisor de águas – contida neste capítulo, no sentido da continuidade do presente estudo: a concepção ideológica de Celso Furtado em meio a esse *mar revolto* de tantas teorias e discussões sobre as questões econômico-sociais, já que ao longo de sua extensa obra ele deixa clara a sua intenção da busca incansável pelo aprimoramento do sistema dominante por acreditar nessa possibilidade, configurando-se como um liberal – sendo sempre pontual no sentido da economia como uma ciência social – como se pode constatar na seguinte citação:

Somente uma sociedade aberta – democrática e pluralista – é apta para um verdadeiro desenvolvimento social. Mas como desconhecer que nos países do Terceiro Mundo – dadas as condições atuais de entrosamento internacional dos sistemas produtivos e dos circuitos financeiros – as estruturas de privilégios praticamente são irremovíveis? Empiricamente se comprova que nos países ricos a sociedade é cada vez mais homogênea, no que respeita às condições básicas de vida, e no mundo subdesenvolvido ela é cada vez mais heterogênea. Não

⁴ GALBRAITH, J. K., “Power end the useful Economist”, in: *American Economic Review*, maio/1973.

surpreende, portanto, que esta época de grande enriquecimento da humanidade seja também de agravação da miséria de uma ampla maioria.⁵

O que Celso Furtado enfatiza nos seus estudos é a necessidade da análise realista das complexidades inerentes ao capitalismo, negando as simplificações amplamente difundidas dentro da economia.

A Escola Marxista defende igualmente o estudo da realidade e a análise das complexidades, mas nega veementemente a viabilidade do modo de produção capitalista como um sistema capaz de solucionar as enormes disparidades econômico-sociais já tão discutidas, negando ainda, a possibilidade da economia como uma ciência social, como se pode verificar na enfática explanação de Rosa Luxemburgo (1976,p. 51):

La doctrina marxista es hija de la economía burguesa, pero su parto le costó la vida a la madre. En la teoría marxista la economía llegó a su culminación pero también a su muerte como ciencia. Lo que vendrá – además de la elaboración de los detalles de la teoría marxista – es la metamorfosis de esta teoría en acción, es decir, la lucha del proletariado internacional por la instauración del orden económico socialista. La consumación de la economía como ciencia es una tarea histórica mundial: su aplicación a la organización de una economía mundial planificada. El último capítulo de la economía será la revolución social del proletariado mundial.

Sendo a teoria marxista fundada na crítica ao modo de produção capitalista, torna-se desnecessário nessas alturas da discussão, mencionar suas profundas e estruturais divergências com relação à teoria neoclássica.

É importante frisar que, em linhas gerais, sendo o modo de produção capitalista o núcleo central da discussão, não se pretende considerar neste trabalho – em termos de posicionamento via concepção ideológica – de forma rígida, uma visão puramente neoclássica, por exemplo, totalmente isolada em relação a uma visão marxista.

⁵ FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. P. 15, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

O que realmente interessa neste ponto do presente estudo é, no caso do economista Celso Furtado, sua aproximação com a teoria marxista por meio da veemente crítica ao sistema dominante – e um conseqüente distanciamento em relação à teoria neoclássica – quando enfatiza sua visão da economia no sentido de ser uma ciência social, que priorize a análise da realidade social e suas complexidades, negando a tecnocracia, as simplificações e o ocultamento dos pressupostos, reafirmando ainda, constantemente nos seus escritos, a importância da primazia política, ou seja, os objetivos político-sociais como prioridade.

Nesse sentido, pode-se caracterizar o economista Celso Furtado, em termos de discernimento político-ideológico, assim como vários outros economistas de renome internacional – o próprio John Kenneth Galbraith –, como sendo um liberal crítico, que crê na real possibilidade da concepção da economia como uma ciência social.

No uso da criatividade e da ousadia – características constantemente enfatizadas por Celso Furtado como imprescindíveis ao economista – é pertinente, neste momento da argumentação, uma analogia entre a atuação de Celso Furtado enquanto cientista social crítico e Sísifo – divindade mítica Greco-Romana – cujo destino na mitologia é a seguir relatado segundo Marcio Pugliesi (2003,pg. 159):

Sísifo reinou em Corinto, depois de Medéia. Afirma-se que prendera a Morte e que a conservou amarrada até que, a pedido de Plutão, Marte foi soltá-la. Homero explica essa lenda dizendo que Sísifo encadeou Marte, ao evitar a guerra e se empenhar em manter a paz, sendo um dos mais sábios e prudentes mortais. Mesmo assim, acabou sendo condenado a rolar incessantemente uma pedra enorme até o alto de uma montanha. Quando chega até o topo, a pedra rola, e o processo se reinicia, incessante e eternamente. Os motivos desse suplício são vários: teria revelado segredos que os deuses lhe teriam dado à guarda, como um segredo importante e inoportuno: o rio Asopo, cuja filha Egina fora raptada por Zeus, perguntou-lhe sobre o paradeiro da moça. Sísifo contou o que sabia em troca de irrigação para a sua cidade.

Interpretando a citação acima, pode-se presumir que, os segredos revelados por Sísifo tinham por finalidade uma contrapartida que traria benefícios ao seu povo, fato que

confirmava sua mencionada prudência. Porém, sua virtude custou-lhe um castigo eterno. Analogamente, em relação a Celso Furtado, ocorre algo semelhante à sina de Sísifo.

Ao longo de sua carreira como economista de renome internacional, Celso Furtado foi um crítico ferrenho do conservadorismo peculiar ao do modo de produção capitalista e suas contradições, sem no entanto – como anteriormente mencionado –, em momento algum, propor a ruptura com esse sistema. Assim, se caracteriza como um incansável defensor das complexas causas sociais, revelando em seus postulados, os vários pontos de vulnerabilidade surgidos no processo de expansão da ordem econômica reinante. Porém, num determinado ponto do seu esforço crítico, não consegue ultrapassar o cume ideológico que sustenta o capitalismo, sendo esse esforço, considerado por muitos, como vão.

Daí, a necessidade do engajamento de mais cientistas sociais que, identificados com o senso crítico de Celso Furtado, possam contribuir nessa árdua tarefa que é a luta contra as profundas desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista.

A importância dessa constatação se dá exatamente quando se identifica o diferencial estrutural ideológico através de uma questão fundamental, não só para a formação acadêmica do economista, mas principalmente para a sua atuação político-social: o *senso crítico*.

Senhores! Como falar em senso crítico no âmbito de uma instituição de ensino superior criada e organizada para reproduzir a ordem econômica estabelecida? E pior: como exercê-la, dentro de um curso de Ciências Econômicas baseado em manuais e textos cujo corpo teórico nem de longe considera a realidade das economias subdesenvolvidas? E ainda: como exercitá-lo num contexto em que a grande maioria do corpo docente é absolutamente conivente com as simplificações, ignorando as complexidades inerentes a toda realidade social?

Esses questionamentos – sem resposta – e muitos outros, não se referem somente à graduação do curso de economia, mas também ao mestrado, cujo conteúdo programático é

totalmente embasado nos ditos “manuais” de microeconomia e macroeconomia, além de modelos matemáticos e estatísticos com débeis possibilidades de aplicação na realidade social; principalmente a dos países subdesenvolvidos.

A obra de Celso é repleta de textos e mensagens dirigidos aos novos economistas, cheios de autenticidade e realidade, provocando constantemente o senso crítico de quem a acessa. Em vários desses trechos, deixa claro o seu posicionamento caracterizado por uma postura liberal-crítica – já mencionado anteriormente –, como se pode constatar:

Países como o Brasil, que tinham um governo bastante eficaz e eram conhecidos por seu Estado que tradicionalmente definia os interesses próprios, hoje em dia não podem ter política. O que fazer? Proteger-se contra a transnacionalização? Ser contra os novos investimentos? O desafio que a geração de vocês terá que enfrentar é muito grande, porque as soluções só surgem numa sociedade quando existem forças empenhadas nisso. Daí a importância de ter-se uma classe industrial como a que tivemos no passado, que se interesse pela inovação e que leve o Estado a ter uma política industrial. Os setores petroquímico, siderúrgico e outros básicos foram instalados no Brasil com o apoio do Estado. Este esteve por trás da construção do Brasil. Hoje passou a dominar a idéia de que o Estado é um trambolho. Mas, sem o Estado, o que fica? O mercado. E qual é a lei do mercado? É a lei do mais forte, a dos mais poderosos, a do grande capital. Esta é a realidade que vocês estão vivendo. Este é o desafio a que vocês devem responder.⁶

Fica clara, na citação anterior, a preocupação de Celso Furtado com as influências de *novas* idéias que visam objetivamente a manutenção da ordem econômica mundial; mas, ao mesmo tempo em que demonstra essa preocupação, chama a atenção de todos aos problemas relativos aos possíveis direcionamentos engendrados por um mercado livre de intervenções do Estado, através de uma crítica direta a essa conduta político-econômica.

Portanto, a crítica se configura, tipicamente na obra de Celso Furtado, como uma negativa ao consenso e a convivência de grande parte do quadro de professores do curso de economia da UFSC, no que se refere a toda a estrutura do curso.

⁶ FURTADO, Celso. *O Longo Amanhecer*. P.89, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.

Toda essa ampla reflexão acerca do conceito da economia e até que ponto ela pode exercer um papel determinante no cotidiano das sociedades, serve para clarear a visão do economista interessado e engajado não só na luta pela concepção da economia como uma ciência social, mas também no seu papel enquanto acadêmico e futuro cientista social.

As ciências sociais devem se constituir num processo aberto de criação e até de improvisação, porque a sociedade é algo em movimento, que se renova a cada dia.

O que se verifica na formação acadêmica do economista, é que este quadro de incertezas se apresenta mais concretamente a partir do momento em que ele finaliza o seu curso. Daí em diante, já na difícil tarefa que é galgar o seu espaço profissional no disputadíssimo mercado de trabalho brasileiro, cujos índices de desemprego superam a casa dos 20%, sentirá na pele o seu despreparo ante um mundo real, sobre o qual muito pouco ou quase nada teve a possibilidade de analisar ou aprofundar conhecimentos.

Numa rápida análise do currículo atual do Curso de Ciências Econômicas da UFSC, se pode verificar uma forte carência de disciplinas que possam auxiliar o estudante a refletir com mais consistência as complexas relações que se estabelecem a cada dia nas sociedades subdesenvolvidas. É preciso munir este estudante de muito mais acesso a pesquisa e as teorias relacionadas à sua realidade, ao seu contexto, para que ele mesmo, no uso de sua capacidade inventiva possa incrementar de novos pensamentos e conclusões esse possível corpo teórico. Portanto, repensar a estrutura disciplinar atual dos Cursos de Economia em nível nacional é imprescindível na perspectiva da mesma como ciência social.

Não se trata de encorpar ainda mais o extenso conteúdo programático atual, mas sim reciclá-lo, buscando alterações a partir da observação das prioridades sociais que se estabelecem, eliminando alguns tópicos e incluindo outros mais afins com os propósitos estabelecidos. Buscar a inclusão em maior grau de disciplinas relacionadas à história e à cultura da sociedade em que se vive, é fator preponderante no sentido do auxílio a forma de

pensar, sentir e agir de qualquer indivíduo que pretenda exercer a difícil tarefa que é a do cientista social.

Na opinião de Celso Furtado (1999), as ciências sociais devem se constituir num processo aberto de criação porque a sociedade é algo que os homens não param de refazer. Um dos maiores desafios a ser enfrentado é o de abordar problemas que ainda estão se formulando e elaborar métodos para abordá-los.

3.3 *O papel do economista*

Ao se fazer menção, no tópico anterior, à ausência de um corpo de teorias elaboradas para explicar o comportamento de uma economia subdesenvolvida, tenta-se chamar à atenção para a falta de um número maior de pensadores imbuídos do propósito de enriquecer o quadro teórico sobre esta complexidade, já elaborado com tanta competência e propriedade pelo mais ilustre e respeitado economista brasileiro – Celso Furtado –, cuja dedicação e comprometimento na busca incansável pela solução dos problemas sociais da periferia, rendeu uma extensa obra, qualificada e reconhecida internacionalmente.

Vários são os ingredientes que deverão compor a lista de itens necessários à definição do “papel do economista” brasileiro para os próximos anos. Obviamente que, não se pretende aqui, definir essas diretrizes isoladamente, e sim propor a ampliação da discussão em nível acadêmico e nas entidades representativas da categoria.

A tentativa de resolução dos problemas apontados no presente estudo, já se caracteriza como missão primordial para qualquer economista que possua um mínimo compromisso com a sociedade em que atua.

Uma das principais prioridades apontadas neste trabalho, é a urgência no que se refere ao despertar para a importância da reavaliação do currículo disciplinar do curso de ciências econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, no sentido do exercício do senso crítico como elemento primordial na formação dos novos economistas. Este é, sem dúvida, um aspecto que deve ser considerado como uma das metas de atuação no que se refere ao papel do economista.

Na visão de Celso Furtado (2002), o que mais importa na atualidade é o estudo da exclusão social. Necessita-se de um novo projeto de sociedade, longe desse no qual a grande maioria das populações do planeta está fadada à marginalização. Uma resposta pode ser que os homens vivam mais em função de objetivos pessoais, e que a população, com nível cultural mais alto, tenha um consumo de bens culturais maior que o de hoje.

A economia deve ser vista como um ramo da ciência política, no qual as soluções só surgem numa sociedade quando existem forças empenhadas nisso.

As ciências sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem para conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade. Assim, podem servir como formas de afirmação do sistema social em que se insere tal sociedade. Portanto, é de vital importância que o cientista social se mantenha atento aos movimentos que o cercam, exercitando constantemente seus valores éticos, para que não caiam nas armadilhas preparadas pelas estruturas de poder.

O valor do trabalho de um economista, enquanto pesquisador, resulta da combinação de dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. As ciências sociais, em particular a economia, só evoluem graças aos que são capazes de ultrapassar os

limites do consenso. Portanto, é necessário atuar de forma consistente no plano político, assumindo a responsabilidade de interferir num processo histórico, num constante exercício dos compromissos éticos. Com relação ao exposto, Celso Furtado (2002,pg. 80) argumenta:

Minha longa caminhada foi balizada por duas referências que creio maiores: o compromisso ético com valores universais e a confiança na liderança de forças sociais cujos interesses se confundem com os da coletividade nacional. Hoje posso dizer que fui um heterodoxo. E acrescentar que as heterodoxias, assim como as heresias, desempenham importante papel na história dos homens. Quando o consenso se impõe a uma sociedade, é porque ela atravessa uma era pouco criativa. Ao se afastar do consenso, o jovem economista perceberá que os caminhos já trilhados por outros são de pouca valia. Logo notará que a imaginação é um instrumento de trabalho poderoso, e que deve ser cultivada. Perderá em pouco tempo a reverência diante do que está estabelecido e compendiado. E, à medida que pensar por conta própria, com independência, conquistará a autoconfiança e perderá a perplexidade.

Para Celso Furtado (2002), o papel do economista, cientista social, no plano político é de suma importância na reestruturação social tão urgente. Uma liderança política imaginativa será capaz de conduzir as forças criativas para a reconstrução de estruturas avariadas e para a conquista de novos avanços na direção de formas mais igualitárias de convivência social.

Somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzir a superação desse impasse. Essa vontade coletiva requer um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes da cultura. Portanto, o ponto de partida do processo de reconstrução a ser enfrentado deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões.

Sem isso, o desenvolvimento futuro não terá como mola propulsora a criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação.

CAPÍTULO 4

Considerações finais

O primeiro contato com a obra de Celso Furtado se deu quando da inserção na disciplina Formação Econômica do Brasil, constante do currículo disciplinar do curso de ciências econômicas da UFSC. O título da disciplina bem como o seu conteúdo têm como referência bibliográfica essencial o clássico “*Formação Econômica do Brasil*”, onde Celso Furtado relata historicamente todos os aspectos que envolveram o comportamento da vida econômica brasileira. A obra, com reconhecimento acadêmico internacional, é um dos principais documentos já elaborados sobre a economia-política do Brasil. A partir de então, várias outras obras suas passaram a ser consultadas espontânea e frequentemente.

Muitos são os aspectos que chamam a atenção pela peculiaridade de Celso Furtado, dos quais se destacam: o interesse e o uso da história nas suas análises; o seu posicionamento crítico, denunciando os principais elementos que contribuíram de forma efetiva e diretamente para a condição de país subdesenvolvido na qual se encontra o Brasil e suas observações de cunho nacionalista, primando pela valorização do mercado interno, da cultura e história do povo brasileiro. Fatos que o diferenciam da esmagadora maioria dos autores indicados como referências ao longo do curso de ciências econômicas e, que por esses motivos, foram determinantes na consecução do presente estudo.

Celso Furtado demonstra claramente a visão de que as profundas transformações possíveis numa sociedade dependem eminentemente de uma ampla mobilização, engendrada pelo envolvimento político apoiado num esforço teórico consistente, aliado a ação social, sendo suas reflexões, sempre alicerçadas na perspectiva de uma maior participação popular nas decisões mais prementes para a nação.

Daí, uma possível resposta aos questionamentos referentes à inércia reinante no curso de ciências econômicas da UFSC e seu respectivo corpo docente no que se refere à formação dos novos economistas, fruto da correspondente inércia social na qual se encontra a sociedade brasileira.

É preciso fugir ao consenso. As transformações sociais somente ocorrem quando há o confronto de idéias e opiniões originadas no seio da sociedade. É preciso eliminar o vácuo existente entre a academia e a política. É preciso desfazer o paradigma de que o cientista social e pesquisador, para ter respeito e reconhecimento, tenha que ser alheio ao envolvimento político.

O atual momento político que vive o Brasil é altamente favorável à realização das transformações sociais acima mencionadas, com chances concretas de propagação dessa onda por toda a América Latina.

Voltando à analogia demonstrada no terceiro capítulo do presente trabalho, entre o esforço crítico de Celso Furtado e o esforço de Sísifo segundo a mitologia Greco-Romana, é importante salientar que o trabalho incansável de Celso Furtado não é aqui considerado em vão. Embora o seu forte senso crítico não seja suficiente para ultrapassar a barreira estrutural ideológica que sustenta o capitalismo, cada vez que “rola a pesada pedra” - que se constitui no seu castigo -, ou seja, faz uso do seu afiado senso crítico, revela preciosas reflexões sobre a economia política e sobre o papel do economista nesse contexto, não como um tecnocrata como muitos o rotulam, mas como um cientista social.

Este é, aliás, um dos principais pontos da crítica de Celso Furtado à ideologia neoliberal e aos economistas que atuam sob a sua égide: a tecnocracia e as simplificações que, propositadamente não servem para explicar e muito menos para solucionar a problemática das disparidades sociais em nível mundial, geradas pelo modo de produção capitalista.

A principal lição furtadiana que se pode assimilar no presente estudo, resumindo numa frase é: somente um esforço teórico consistente, aliado à sensibilidade social e à vontade política, pode ser uma saída a contento para um povo, e é nesse campo que deve atuar o economista, enquanto um cientista social.

Bibliografia

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A Idolatria do Mercado: Ensaio Sobre Economia e Teologia*, Editora Vozes, São Paulo, 1989

FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*, 1ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

_____. *Brasil: A Construção Interrompida*, 2ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

_____. *Em Busca de novo modelo – Reflexões Sobre a Crise Contemporânea*, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002.

_____. *Formação Econômica do Brasil*, 30ª edição, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 2001.

_____. *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque histórico-Estrutural*, 3ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *O Capitalismo Global*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.

_____. *O longo Amanhecer: Reflexões Sobre a Formação do Brasil*, 2ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1999.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, 2ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.

_____. *Os Ares do Mundo*, 1ª edição, Editora Paz e Terra, 1991.

_____. *Prefácio à Nova Economia política*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do Desenvolvimento Econômico*, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983.

_____. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. 1ª edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

LUXEMBURGO, Rosa. *Obras Escogidas*, Editorial Pluma, Bogotá, 1976.

OURIQUES, Nildo Domingos. *Ciência e Tecnologia em Santa Catarina*, Editora da UFSC, Florianópolis, 2002.

PUGLIESI, Márcio. *Mitologia Greco-Romana: Arquétipos dos Deuses e Heróis*, Madras Editora, São Paulo, 2003.

Bibliografia complementar

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa*, 3ª edição, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.

PEREIRA, Helena B.C. *Michaelis: Dicionário Espanhol-Português, Português-Espanhol*, Editora Cia.Melhoramentos, São Paulo, 1996.

SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*, 8ª edição, Editora Best Seller, São Paulo, 1994.